

u.º de Cadern. 447

CADERNOS DA «SEARA NOVA»

SECÇÃO DE ESTUDOS ECONÓMICOS

Um apontamento de economia agrária

POR

GONÇALO VÍTOR DE SANTA RITTA

LISBOA
SEARA NOVA
1943

Sala 6

Est. 1

Tab. 5

N.º

UM APONTAMENTO
DE ECONOMIA AGRÁRIA

CADERNOS DA «SEARA NOVA»

SECÇÃO DE ESTUDOS ECONÓMICOS

Um apontamento de economia agrária

POR

GONÇALO VÍTOR DE SANTA RITTA



VERBO CIENCIA VIVA
RÔMULO DE CARVALHO

RC

MNCF

63

SAN

LISBOA
SEARA NOVA
1942



I

Escreveu um mestre que muito prezo (*), que a "acção técnica... nos interessa para além do campo da criação das riquezas, no qual em regra ela é apenas apreciada, através dêsse outro campo da repartição e do bem-estar social consequente" (1).

O condicionalismo humano obriga a atender menos a condições puramente técnicas de produção, que às repercussões sociais dessa produção.

A densidade da população, o regime de propriedade, tradições diversas de cultura, são os agentes que se devem considerar, ao pretender a valorização agrária de um país. Em um critério agronómico de protecção da natureza, outra coisa não se pretende que a valorização geo-económica, e, dentro desta, a produção máxima, o rendimento máximo, a máxima satisfação de necessi-

(*) Os números entre parêntesis referem-se à bibliografia.

dades, enganando-se quem cuide que um critério proteccionista ou geo-agronómico consiste em aproveitar apenas as qualidades produtivas de momento do meio, e não em amoldar o solo às nossas necessidades.

Pretende-se, sim, a diferenciação de zonas de cultura especializadas; procura-se a regularidade da produção; sujeita-se esta às limitações impostas pelas disponibilidades de terra, capital e trabalho. Mas procura-se sempre produzir o máximo compatível com essas limitações, máximo obtido à custa dos progressos da técnica. ¿Pois — não serão também progressos da técnica aquêles que permitem identificar as condições limitantes, que se aproveitam ou se combatem na medida das possibilidades?

As tradições locais de cultura tem de ser encaradas de forma clara e precisa, devendo ser mantidas ou banidas, conforme no-lo aconselhem os nossos conhecimentos. Quere-me parecer que não é ponto de vista semelhante ao acima exposto o que leva a afirmar com desvanecimento «que neste País (a Alemanha) se vai... até o ponto de inculir no espírito dos novos o salutar princípio de que, quando a Rotina e a Teoria momentâneamente se contradizem, é do lado da primeira que seguramente se encontra a razão» (2).

A protecção da natureza tem por finalidade evitar, por um lado, a adopção de normas universais de cultivo, ou a uniformização do fácies produtivo dos países, segundo conveniências políticas de momento, ou solicitações de forte con-

corrência em mercados exteriores; a industrialização da produção fruteira, cuja análise já teve ocasião de esboçar, em elemento para estudo, presta-se bem a exemplo da interferência de tais conveniências ou de tais solicitações (3, 4). Por outro lado, e em consequência, é objectivo da protecção da natureza, evitar que se exerçam actividades culturais desaconselhadas pelo meio, com manifesto prejuízo do potencial produtivo das terras, da regularidade das produções, do preço de custo dos produtos.

O solo, o clima, o factor demográfico, determinam naturalmente o tipo de cultura. Por isso há que diversificar as formas de cultivo, não por respeito de tradições, mas por localização de realidades. Tènicamente se observam as condições locais; e tènicamente se exercem actividades produtivas. Por protecção da natureza deve entender-se a protecção de actividades em harmonia com as condições geográficas e económicas em presença, a adaptação do cultivo a essas condições, nunca à deminuição da intensificação cultural e do progresso técnico.

O critério do agrónomo encontra-se, perante as condições naturais dos países, com o do geógrafo. E recorde a forma como o Prof. Faucher apresentou os problemas em causa — numa visão curiosa, se bem que incompleta e unilateral:

«...Le sujet posé par l'étude de la vie agricole est d'une singulière ampleur; on le devine du même coup d'une exceptionnelle complexité.

Mais cette étude peut se faire de points de vue très différents. Celui de l'agronome, qui recherche les conditions techniques de la production et les moyens de l'améliorer, ne saurait être exactement celui du géographe, encore que la géographie agraire emprunte à l'agronomie quelques-unes de ses données essentielles. Elle ne peut pas faire abstraction des moyens nouveaux de production que les recherches agronomiques mettent chaque jour à la disposition des agriculteurs; mais c'est aux résultats qu'elle s'intéresse, en tant qu'ils touchent aux rendements, à la nature des produits, aux conditions de la culture, aux transformations du paysage rural» (5).

Em um critério geográfico de sistematização, antolha-se fundamental a distinção entre a cultura dos chamados países novos e a daqueles países em que a persistência de tradições culturais, a fixação de populações, a densidade populacional, determinam uma fisionomia agrícola característica.

Países novos, com larga disponibilidade de terreno arável e fraca densidade de população, países velhos com população densa e a terra totalmente aproveitada pelo homem — eis uma primeira divisão, muito geral, das zonas de cultura, segundo as condições económicas e humanas. Quando se trate de problemas de técnica aplicada, seja do estudo das produções, seja da defesa da terra contra a queda do seu potencial produtivo, têm de se considerar os dois graus desta divisão. Quanto ao aspecto de defesa da terra, apraz-me

transcrever as palavras do Prof. Navarro, na esplêndida conferência com que encerrou as "Jornadas Agronómicas" (6):

"Algumas nações de mais recente constituição levaram demasiado longe a exploração... retirando, com pequeno dispêndio de capital e de trabalho, produções após produções, sem preocupação de reconstituir, gradualmente, o potencial desfalcado.

Nesses países o agricultor procede como o mineiro — esgotado o minério procura novos jazigos. A terra é vasta e as populações pouco numerosas."

.....
"Nos países velhos, como o nosso, onde a terra é de deminuta extensão em relação às gentes que a habitam e onde o cultivador, à custa de árduo trabalho durante séculos e séculos, arroteou, semeou e colheu o pão, sustento das gerações, o problema da defesa da terra tem de ser apreciado não só à luz do seu aspecto actual, mas também, de acôrdo com as suas condições determinantes. Nestas nações o povo aconselha-se para a vida na leitura da sua própria história; então o nomadismo do camponês, quando surge, em qualquer momento, deverá ser olhado com natural receio. Representa em geral a troca do certo pelo incerto, do reflectido pelo irreflectido, do consolidado pelo dissolvente, do moral pelo imoral."

Mas não é apenas a data de fixação dos habitantes que influe no carácter das agriculturas lo-

cais: o solo e o clima, a presença do rio ou do mar, a floresta, a montanha, a planície, diversificam de tal modo as condições económico-sociais, que determinam a actividade cultural. As regiões poderão apresentar-se com as mesmas características dos países novos, e no entanto ser longa a tradição cultural. Itinerância de culturas, oscilações, movimentos demográficos, maior ou menor instabilidade de sistemas culturais, podem ser determinados por condições geográficas de uma região, ou pela interdependência das condições de cultura da região, e das vizinhas. É ainda o Prof. Faucher que nos recorda a influência das condições do meio (do meio social e do geográfico) no aproveitamento do solo (5): «Les cultivateurs des régions méditerranéennes, tant qu'ils n'ont pas su — ou pas pu — utiliser les plantes sarclées, les légumineuses fourragères, ont été à la recherche des sols riches, de terres fraîches. Leurs champs se sont fractionnés jusqu'à la limite du possible, afin que chacun pût avoir sa part de ce domaine de choix. Sur tout ce territoire méditerranéen même, ils ont été obligés de pratiquer un système agricole ayant pour fondement la jachère bisannuelle—c'est l'assolement biennal—permettant à la chimie subtile de l'air et du sol de rendre à leurs champs leur fécondité première. Sur les terres pauvres ils ont installé la vigne, des arbres fruitiers peu exigeants. Sur les terres presque stériles, dans des bois vite détruits, ils ont nourri l'hiver leurs troupeaux, les envoyant l'été à la montagne.»

Trata-se das condições ambientes; e trata-se também do modo como se exerce a acção humana, do aproveitamento da ambiência, das possibilidades que há de a corrigir. E, onde a intervenção do homem tem alterado, pela laboração contínua, o equilíbrio, pode-se, sem prejuízo de necessidades momentâneas da grei, chegar à reconstituição do potencial lesado. Entre nós, diz o Eng. Mercês de Melo (7) que «a exploração do solo, desde remotas eras, parece não ter sabido ou podido ser senão destruidora; destruiu primeiramente os arvoredos, as simbioses fecundas que em quasi tôda a escala biológica êles favorecem, o equilíbrio que a Natureza estabelecera».

Referindo-se às areias pliocénicas do sul do Tejo, cita êste autor a forma de cultura que mantém o potencial produtivo da terra, com boas produções unitárias, variedade de produtos agrícolas comerciáveis e nível de vida relativamente elevado, opondo-a a aqueloutra que se exerce destrutivamente e está mais em harmonia com as formas de agricultura regional, tendo «carácter especulativo, dado que não impera tradição agrícola forte, de tipo conservador, em que se manifeste interessado o proprietário, e muito menos o rendeiro, naturalmente impellido a esgotar a terra, a-fim-de satisfazer pensões avultadas que os contratos a curto prazo fixaram.» ... «O grande proprietário ou o grande rendeiro, êsse pratica, por causas suficientemente debatidas, uma agricultura do tipo especulativo, comum a quasi tôda a região

meridional, e caracterizada por fracos rendimentos unitários, por produções baixas obtidas a preços baixos e com reduzido volume de capital em giro, e por produções que se elevam apenas quando o ano corre de favor».

A primeira modalidade de cultivo é aquela cujo êxito «reside na aliança da exploração da terra com a do gado bovino, na aplicação de culturas melhoradoras; da serradela, do trevo encarnado, e até do sanfeno, introduzidos nas rotações oportunistas que não sei, todavia, definir».

Esta agricultura progressiva deve-se a condições económico-sociais especialmente criadas; e deve-se também ao facto de ser o agricultor (os agricultores em referência são beirões que se fixaram) oriundo de uma região com tradições culturais diferentes — o crescimento da população, o maior aproveitamento do solo, a intensividade da cultura tendo determinado uma forma diferente de agir.

Acabamos pois de ver que o meio geográfico é determinante do sistema cultural: a fertilidade dos solos condiciona o seu valor e a sua apropriação cultural; a cada tipo de solo ou de clima se amolda um tipo de cultura. Na zona mediterrânea, a cultura frumentária nas terras mais férteis, a vinha, a oliveira nas encostas, a criação de gado em reservas de pastagens naturais, a transumância pecuária. O acréscimo populacional provoca o aproveitamento de solos menos e menos férteis, com conseqüente variação do valor da terra, e da renda. Acabamos de ver também que a fixação

de populações oriundas de zonas com diferente desenvolvimento agrícola, pode revolucionar de certo modo uma tradição cultural. Mas, note-se bem, não é o grau de fertilidade da terra, em si, que determina a cultura; e os revolucionadores do cultivo vão apenas ao encontro da normal sucessão dos fenómenos agrícolas. São as necessidades de subsistência da população que determinam o aproveitamento do solo e a intensificação da cultura, mais que as condições climáticas, ou agrológicas, ou a simples intervenção de novos cultivadores com novos métodos. O caso da produção do trigo, que o Eng. Henrique de Barros refere, é bastante significativo (8):

„E' digno de nota, e para os técnicos altamente elucidativo, o facto de os países onde os rendimentos unitários do trigo atingem o máximo, serem precisamente aquêles onde é maior a quota-parte da superfície destinada a prados artificiais, e mais elevado o número de cabeças de gado por quilómetro quadrado.”

.....
„Merece, também, referência especial a circunstância de nenhum dos países grandes produtores ocupar os primeiros lugares quanto ao rendimento unitário”...

„Quais as explicações dêste curioso facto? A geográfica não colhe, visto não serem as condições naturais que, nas grandes zonas produtoras—Esta-

dos-Unidos, Canadá, Rússia, Argentina — causam menor produtividade; tais condições, antes pelo contrário, são aí das mais favoráveis, ao passo que nos países nórdicos deixam muitas vezes de o ser, sobretudo em consequência da excessiva umidade estival.

«O estudo da evolução da superfície das zonas cultivadas acusa até retrogradação em tais países — França ocidental, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Inglaterra, por exemplo—mas, do mesmo passo, revela constante acréscimo nos países novos, ou nos velhos em que o trigo foi recentemente introduzido ou expandido.

«Observe-se que, nos primeiros, a superfície cultivada e a produção global tendem a diminuir, mas, em contrapartida, a produção unitária cresce continuamente, e que nos segundos os progressos na produção só em pequena parte são devidos a aumentos na produtividade do solo. E' que, como diz Jean Brunhes, «quanto mais desfavoráveis são as condições geográficas, mais o homem aperfeiçoa o cultivo». A produção nos países velhos é dispendiosa, porque a terra é cara e só produz rendosamente quando submetida a intensiva exploração. Então, ou se esforçam por manter, e até por alargar, a cultura frumentária no seu território sob a protecção do direito aduaneiro que dificulta ou impede a entrada de trigo exótico de menor preço de custo, ou inversamente, prescindem de tal protecção e limitam a sementeira aos solos mais férteis e às zonas climáticas

mais propícias, do mesmo passo que, por intermédio das mais aperfeiçoadas técnicas, logram extrair quantitativos avultados da unidade de superfície.»

E' pois o valor da terra, o preço do custo da produção, influenciado sobretudo pela densidade populacional, que determina em grande parte a cultura. E é a densidade populacional que pode exercer tensões tais que forcem a alterar as condições de ambiência na medida das possibilidades: irrigação forçada de zonas de sequeiro, divisão de propriedade, modificação das culturas. O regime de propriedade, conseqüência, em grande parte, de condições climáticas, pode ser parcialmente modificado por influência da pressão demográfica. No entanto, não é possível subordinar inteiramente uma coisa a outra. Em uma previsão técnica, em uma previsão doutrinária, de alterações do regime de propriedade, tem de se considerar antes de mais a ambiência. E' o que faz, por exemplo, o Prof. António Câmara, quando diz (9):

«Concebemos a paisagem rústica do futuro, nas regiões irrigáveis, onde seja possível e fácil a fixação de colonos, como uma rêde densa de pequenos casais e pequenas propriedades, como um tecido de células uniformes. Pelo contrário, nas outras regiões caracterizadamente de sequeiro, vêm-se as coisas de maneira distinta, como um tecido com células de grandes dimensões, rodeadas por outras incomparavelmente mais pequenas.»

Em regiões áridas, em regiões de sequeiro, alturas há, nas quais não é possível continuar a evolução da cultura no sentido do fâcies dos países velhos. Produção extensiva, propriedade vasta, fraca densidade populacional, serão sempre características dêstes países, por mais evoluída que seja a sua tradição de cultura. Apenas há maior margem para acantonar gente, relativa elasticidade de condições demográficas, susceptibilidade de valorização, impossível em outras regiões. A necessidade de emigração torna-se, porventura, menos imperiosa a partir de certo momento. Já meu Irmão o notou, quando escreveu (10):

“... o maior número de emigrantes encontra-se entre a população agrícola dos distritos onde a população é mais densa e a propriedade está mais dividida.”

Fácil se torna neste momento compreender o mecanismo económico-social que condiciona o preço de custo dos produtos agrícolas e a actividade cultural; fácil se torna compreender que não são em absoluto verdadeiras as palavras de Ricardo, quando diz (11):

“A elevação das rendas e dos salários e a diminuição dos lucros, são, em geral, efeitos inevitáveis das mesmas causas, ou sejam: a procura crescente de subsistências, a quantidade mais considerável de trabalho necessário para as produzir e, por conseguinte, o seu encarecimento.”

Nos países velhos, a abundância de braços embaratece a mão-de-obra; a escassez de terra encarece a propriedade. Torna-se necessário prover à subsistência de tôda a população; é preciso que a cultura empregue o maior número possível de trabalhadores; se o não fizesse, o preço da mão-de-obra encareceria, e portanto o preço dos produtos, — que não teriam quem os consumisse. Pretende-se a maior produção com a maior despesa comportável — ou seja, o máximo lucro total.

Nos países novos, é pequeno o valor da terra, e são poucos os braços disponíveis. Em áreas extensas, procura-se o máximo de produção global, com menor dispêndio. A larga intervenção da máquina, a extensa industrialização, subordinam a cultura a objectivo distinto: pretende-se o máximo lucro marginal.

Mas note-se que a modalidade explorativa da terra não é função apenas da idade dos países. Que há, como se acentuou, interdependência do factor humano e do factor físico; que na evolução agrícola têm acção agentes diversos, todos decisivos. Concluir-se-á que em cada país, em cada região, se torna necessário perscrutar minuciosamente tôdas as condições económicas, sociais, geográficas, agrícolas, a-fim-de, numa acção local interessada na resolução de problemas de generalidade, se poder agir.

II

Em uns «Apontamentos de Geografia Agrícola de Portugal» que tenho em perspectiva de estudo, ordenarei todos os conhecimentos relativos à capacidade produtiva do solo, relacionada com a estrutura geo-morfológica do país; focarei, possivelmente, aspectos pouco notados de interdependência do factor demográfico com o geográfico; em função do crescimento populacional, determinarei modalidades da cultura agrícola e necessidades de orientação agronómica. Se são abundantes os elementos de informação, nunca é demais insistir no seu comento e no seu estudo, com o fim de valorizar a potencialidade agrícola do País.

Obras de conjunto, como o «Portugal au Point de Vue Agricole» (12), estudos geográficos mais ou menos completos, como o de Lautensach (13), trabalhos de relação sociológica, como o de Descamps (14), estudos económicos como o do Prof. Lima Basto (15), estudos regionais como o de Manique de Albuquerque (16), de divisão re-

gional como os de Amorim Girão (17, etc.), as obras basilares, as obras mestras, como as de Barros Gomes (18, 19, etc.), são, pela sua complexidade, susceptíveis de uma permanente revisão. Dia a dia se modificam realidades, dia a dia surgem conhecimentos novos, dia a dia novamente se interpretam os antigos. Todo trabalho que se faça terá sua utilidade — quando menos seja, a de demonstrar aos investigadores exigentes de *investigação* que não é apenas no campo do microscópio que se pode criar ciência. O trabalho esboçado não é puramente livresco. E que fôsse! Não seria mais útil que o trabalho *sebenteiro*, que os bacharéis desta terra produzem?

A primeira constatação a fazer no estudo das condições geo-económicas do país, é a multiplicidade de aspectos fisiográficos, que de maneira nítida se reflecte em formas múltiplas de vida. Traçou o Conde de Ficalho (12, a) o quadro da fisionomia rural do país, em relação com os caracteres fitogeográficos diferenciados :

« Sur le sol portugais viennent se toucher trois énormes régions, à caractères distincts, et même opposés : celle des hauts plateaux de la partie centrale de la péninsule ibérique ; celle de la côte ouest de l'Europe, qui va du Portugal jusqu'en Irlande ; celle du bassin méditerranéen, qui s'étend du cap St. Vincent à la Palestine. En se touchant, ces régions se modifient, ou plutôt se pénètrent mutuellement, créant des zones de transi-

tion, plus ou moins étendues, plus ou moins nombreuses».

Três regiões que se encontram e que se interpenetram (*); daí a multiplicidade de características de revestimento vegetal, de povoamento, de regime de propriedade; daí também as sucessivas gradações que se observam, denotando zonas adaptadas a modos de cultura os mais variados, a diversos tipos de exploração, a diferentes formas da vida, que revestem aspectos curiosos, desde a vida comunalista do nordeste, à forte diferenciação de emprêsas patronais do sul.

O solo, o relêvo, diversificam também profundamente o país: em primeiro lugar, a parte portuguesa da mesêta, com sua larga disseminação de terrenos paleozóicos e azóicos, de aptidões diversas, e as formações eruptivas separando aquêles, em agregados com especiais características de cultura. Manchas mais vastas — as graníticas e as precâmbricas — adaptadas a cultivos diversos: trigo no precâmbrico, centeio no granítico. Vinha e trigo: vinha no granítico, trigo no precâmbrico. De especial importância são também os dioritos trigueiros de Beja. E a multiplicidade de formações geológicas, no Alentejo, diferencia zonas de cultura em região climatêricamente homogênea,

(*) Para mais completa elucidação sôbre o assunto, veja-se, v. g., Lautensach (13), cap. VII: Das spontane u. subsponsane Pflanzenkleid.

de forma que, como diz Ficalho (12, a): «Les différences sont dues uniquement, exclusivement à la nature géologique du sol. Si l'on supposait les diorites affleurant de Beja jusqu'en Algarve, le Portugal deviendrait tout de suite un pays de céréales».

A observar, seguidamente, as orlas cenomesozóicas, com sua fisionomia especial. Terrenos miocénicos e pliocénicos com condições especiais de adaptação agrícola e florestal. O manto basáltico eocénico originando uma região perfeitamente distinta. As dunas e medões do litoral, de areias pliocénicas, em que tem sido possível implantar um vasto domínio de pinhal. A geologia condiciona, de certo modo, os processos pedogénicos. Assim é que a subjacência de camadas hetângianas às areias pliocénicas modificará, porventura, de maneira considerável, os processos podsólicos, o que terá repercussões na cultura. (O que cito agora ao correr da pena, baseado no trabalho que estou realizando na mata de Leiria, serve a ilustrar, como exemplo, a complexidade dos factores influenciando na ambiência).

A erosão intensa, outro factor fundamental, é devida não apenas a insuficiências de correcção fisiográfica, como para aí se apregoa, mas a condições gerais de relêvo, condições que o Prof. A. Girão de certo modo salienta (20). Dessa erosão provém em grandíssima parte a cultura nas *ínsuas*.

Já descrevi assim as variações da paisagem e actividades humanas, conforme se trate de ter-

renos situados ao longo de cursos de água, onde se tenham deposto materiais, e terrenos de encosta (21):

«A umidade, as aluviões férteis, a abundância de matéria orgânica ao longo de cursos de água, fazem convergir aí as culturas e centralizam nos lameiros a mór parte das actividades dos centros de produção agrícola. Cabeços desnudos, extensões pedregosas onde apenas os pinheiros e a vegetação rasteira se desenvolvem, chamam a si pastores com seus rebanhos, lenhadores, crianças e velhos, colhendo a caruma e as pinhas para o lume».

Tais são, em suma, algumas das múltiplas características, relacionadas com a geografia humana, da morfologia do país.

Examinemos agora, muito rapidamente, o movimento da população; e relacionemo-lo depois com as características citadas. São dois os trabalhos que tenho à mão, de momento, referentes ao movimento demográfico, e ambos nos permitem tirar conclusões de interesse. Um, do Prof. Girão, reporta-se ao decénio 1920-30 (22); o outro, do Dr. Costa Leão (23), refere-se ao último censo populacional.

Diz-nos o Prof. Girão:

«A população portuguesa aumentou mais nos concelhos mais densos, sobretudo nos de maior aglomeração urbana e... de mais intensa activi-

dade industrial; aumentou menos, quando mesmo não diminuiu, nos concelhos mais acentuadamente agrícolas, que constituem a grande maioria do país.

“Em 1930, é menor que em 1920 o número de Portugueses que se dedicam à cultura do solo: os campos têm-se despovoado em benefício das cidades e das vilas de certa importância, cuja atracção sobre as populações rurais se torna bem manifesta” . . .

“Pelo censo de 1920, verifica-se o aumento de quasi um milhão de habitantes, mas a diminuição dos que se entregam às lides rurais, que já não chegam a constituir metade da população total. A percentagem destes passa de 56% para 47%”.

Mais elucidativos ainda são os resultados do último censo, que Costa Leão resume assim: “O maior crescimento deu-se na periferia das duas grandes cidades, nalgumas zonas industriais do interior e noutras agrícolas pouco povoadas. O crescimento destas últimas foi o que mais conveio. Houve todavia muitas outras zonas agrícolas, de população rarefeita e de possibilidades não esgotadas, que não progrediram como deviam, para equilibrio de um país de grande saldo demográfico como é Portugal.

Entre o Lima e o Vouga, a densidade toma aspectos de congestão. — Até quando a ini-

ciativa industrial da região e o nível de vida modesto poderão suportar êste acréscimo constante? ».

Das *zonas vivas* (crescimento de 20 0/0 ou mais) e *zonas mortas* (abaixo de 6 0/0, estacionárias ou em retrocesso de população), aquelas que nos podem dar uma idéia mais exacta do que pretendemos focar, são as que o autor enumera assim:

«No Alto-Alentejo salientam-se as zonas vivas de Fronteira (59 0/0), Souzel (28 0/0), de Évora (24 0/0) e Montemor (18, 5).

«É supra-normal o crescimento da grande zona do Baixo-Alentejo, do médio e alto Sado: Alcácer do Sal (29), Grândola (29), Santiago do Cacém (20), Odemira (22). Trata-se de uma vasta zona agrícola pouco povoada, em desenvolvimento ».

«Logo no extremo Norte, a parte inferior do Vale do Minho encontra-se estagnada em população. Abrange os concelhos de Caminha, Cerveira, Valença e Paredes de Coura. Os recursos são aí muito limitados, o comércio com a outra margem encontra-se paralisado, e o excedente da população, já densa, escoá-se...»

«Outra zona estacionária ou de desenvolvimento mínimo é acusada em tórno da Ria de Aveiro (excepção feita a Aveiro e Ílhavo). Ovar, Estarreja, Murtosa, Vagos — pouco ou nada cresceram. Esta zona prolonga-se pelo litoral de Coimbra.»

Em face dos elementos apresentados, é facilmente interpretável a situação da nossa agricultura. A multiplicidade de factores geográficos determina o aproveitamento máximo do território, naquelas condições em que melhor possa produzir. Em cada trato de terreno adequão a uma cultura, ela aí surge. Mas succede que as condições culturais sendo múltiplas, não são as óptimas. O clima é irregular e o regime de chuvas *desconjunctante*, na expressão tão citada do Prof. Monte Pereira (24). Óptimo ecológico, sim, na generalidade, ao norte do Tejo, pelo menos, para uma cobertura florestal densa.

Succede que, como já afirmei algures, as condições eminentemente florestais de Portugal, tiveram em si o gérmen da destruição da própria floresta. Necessidades de uma população densa e crescente, obrigaram a extrair do solo a maior soma possível de produtos alimentares. Esgotada a terra, destrói-se a floresta, para no trato invadido se iniciar nova cultura, e assim se prossegue, numa itinerância devastadora.

Chega a altura das populações se fixarem. A maior produção, que se obtivera pela cultura de solos virgens, passa a obter-se pela concentração máxima de braços: cultura intensiva, relativa melhoria de técnicas, máxima despesa que permita o máximo de produção: relações de causalidade desta ordem são as que levaram a formular a lei dos acréscimos decrescentes. No presente caso pretende-se o maior lucro total. E já atrás fizemos

referência às condições gerais determinantes de tal fim a atingir.

É de notar que a partir de certo momento, rapidamente atingido, a itinerância cultural, que referimos, toma um aspecto *sui-generis*: à invasão da mata não corresponde o abandono de terrenos menos férteis; ao contrário, nestes vem sendo maior o esforço de cultura. Os terrenos arroteados servem a prover um acréscimo de necessidades que o aumento da população origina. A altura das populações se fixarem, tem de ser entendida como aquela ocasião em que, não sendo possível prosseguir no avanço pela mata, se concentram em todo o terreno até então apropriado, os esforços das gentes.

Verifica-se, logo, o maior encarecimento do terreno; verifica-se que a cultura, requerendo grande concentração de capital, que de si é exíguo, pelas condições mesmas da terra, exige a extrema divisão da propriedade; verifica-se ainda a impossibilidade da exploração patronal de conta própria: o proprietário da terra não dispõe de braços que a façam produzir, o capital é diminuto; arrenda-a, e o rendeiro, com o seu trabalho e o da família, esgota o solo, forçando-o à produção. Recordo-me de já ter escrito (25): "Forçar-se-á a parcela de solo arrendado a produzir os géneros em quantidade p'ra pagamento da renda, e pouco mais — máximo possível de rendimento. Para valorizar mínimamente a terra, seria preciso o auxílio constante do salário — "dar os dias fora" —; mas o cavador-rendeiro nem sempre tem salário, e quasi nunca

o tem digno. Em terra não arrendada, antolha-se o problema mais grave ainda: porque o pequeno proprietário não possui o capital que possa fazer a terra produzir. . .; Recorre ao capitalista, e êste vai aumentando o número das suas parcelas, graças às hipotecas. Cria-se assim um regime muito característico, nas regiões de propriedade fragmentária. »

A-par com a divisão extrema das parcelas em cultura, aspectos de concentração capitalista se observam, como consequência da pequena eficiência dos processos culturais, em relação às necessidades da grei, e das sempre pequenas quantidades de capital em giro: « A minguada produção unitária da terra, a comerciabilidade exígua dos produtos agrícolas, o seu preço irrisório, têm consequências diversas: em primeiro têrmo, a deminuição dos salários; tendência para o regime de grande propriedade ou de acumulação de prédios na pequena propriedade, pois de algum modo se compensará a pouca produção do solo; acumulação feroz de capitais, visto o seu juro ser diminuto e incerto. »

Quanto mais a população aumenta, mais a propriedade se divide. A extrema divisão não provém, como ainda há pouco vimos reafirmado, de condições psicológicas do povo, desconfiança, cupidez em partilhas, dúvida, o quer que seja. Provém, principalmente, da pressão demográfica e da falta de capital. Já o Prof. Monte Pereira escreveu (*):

(*) Cit. por D. Luís de Castro (26).

« Rever e reconstruir, organizar e aperfeiçoar o prédio rural é um empreendimento urgente da agricultura portuguesa, em que o *crédito hipotecário* tem a mais importante função a exercer.

Nada se poderá conseguir sem um enorme adiantamento de capital, cuja reconstituição será inevitavelmente lenta ».

Sôbre a influência do arrendamento na cultura, já fiz algumas considerações em estudo monográfico de uma região [27] (**).

Se no norte do País a falta de capital, conjugada com a pressão demográfica e as condições climáticas, origina a propriedade fragmentária, de cultura intensiva, no Sul, essa mesma falta de capital, em condições climatéricas e demográficas por assim dizer opostas, faz a propriedade caminhar para o tipo de latifúndio. O Prof. Lima Basto, no « Inquérito » (15), cita as seguintes palavras do Eng.º Antunes Barradas (28):

« A extensividade é a característica das lavou-
ras alentejanas; *muita terra, mas pouco capital;
pouco gado para trabalhar . . .* como conseqüência,
serviços pouco perfeitos e principalmente *com falta
de oportunidade; poucos estrumes . . . extensos e
demorados pousios*, cujas pastagens são aproveita-

(**) Nesse trabalho, aparece, por vezes, por lapso de revisão, em alguns exemplares, *enfiteuse* por *arrendamento*; aqui fica a rectificação.

das por um pequeno número de cabeças em relação à superfície...; excesso de pastagens, na primavera, mas fome para o gado, no inverno. *Faltam estábulos para as ovelhas, nitreiras... silos.*"

Na agricultura intensiva do norte, como na extensiva do sul, condições limitantes impedem, a partir de certo momento, o acréscimo da população. Mas, ao passo que no norte se chega a um grau extremo, em que, sem total modificação do modo de ser produtivo da terra, pelo auxílio de uma técnica melhoradora e de uma assistência económica eficaz, nada é possível, ao passo que no norte, sem uma intervenção profunda nas condições de vida, não é viável qualquer tentativa de fixação de população, no sul, as coisas tendem a evoluir, no sentido do envelhecimento do país.

Sucedem que no norte, quanto mais fértil fôr o terreno, mais suave o clima, mais quantiosas as produções, menos possibilidade há de aumentar a população, que atingiu o máximo comportável com as tradições locais. Talvez que o estacionamento da região da ria de Aveiro, sirva a ilustrar, como exemplo, o que referimos (*).

Abre-se o Alentejo a correntes migratórias, que

(*) Esta região é de grande complexidade, no que respeita aos movimentos demográficos, entre outras razões pela existência de uma zona serrana, de onde saem *gai-béus* para a cultura do Ribatejo, e também Beira-Baixa, Alentejo... Vidé Flávio Martins (29).

se estabelecem do *país velho* para o *país novo* (a *idade*, aqui, é originada pelas condições climáticas, como vimos). Populações fixam-se; e dessa fixação provirá modificação gradual de técnicas culturais, sem que, contudo, haja modificação para além do que permite o determinismo geográfico, e também, nas condições presentes, a tradição cultural, em parte seu efeito, susceptível todavia de modificação.

III

No país cerealífero, a quási-monocultura tem como conseqüência a chamada intensa de braços, em época determinada do ciclo vegetativo, com elevação dos salários e necessidade de recrutamento de pessoal em zonas longínquas. Sucede um pouco o mesmo, no país vinhateiro — as vindimas do Douro empregam pessoal de outras regiões.

Sempre que haja possibilidade de aumentar os ganhos, sempre que nas regiões da população pouco densa haja lugar para o trabalho das gentes que vivem na contigência do salário baixo alternando com a falta de salário, estabelecem-se correntes migratórias — ranchos de gente mais sóbria, mais afincada, que a do país que invadem, sujeitando-se a privações diversas, a-fim-de conseguir um relativo desafogo.

Os gaibéus, os ratinhos, os galegos, vêm em grupos, e em grupos regressam. Cantam. E em seus cantos se fixa o sentir de quem procura melhorar as condições de vida. No *folclore* encontram-se nítidos vestígios de tais correntes migratórias: a alusão directa em cantigas; a introdução



de práticas de umas regiões, em outras regiões; as modificações na indumentária e nos objectos de uso comum; a divulgação de esquemas musicais. Presta-se a coisa a estudo etnográfico completo; já fiz em outro trabalho referências muito ligeiras à influência das correntes migratórias na poesia popular (21). Bom seria que se fizesse um estudo profundo, de grande interesse social, sem quaisquer intenções turísticas: ainda não se compreendeu o valioso papel que a etnografia tem nos estudos sociológicos; ainda não se compreendeu que, muitas vezes, os estudos etnográficos interessam mais, nas suas conclusões, pelo conhecimento do prejudicial que se deve banir, do que pelo do *pitresco* que se deve manter; ainda se não compreendeu que os trabalhos etnográficos não são trabalhos... *literários*. Não quero dizer, evidentemente, que à literatura séria não se possam ir buscar elementos valiosíssimos para estudos etnográficos; pode: e no caso presente, Alves Redol demonstra-o bem, apresentando numa obra literária valiosa, elementos etnográficos de interesse.

O problema da população põe-se nestes termos: necessidade de obstar quanto possível às correntes migratórias internas — necessidade de fixação de gentes; ocupação de braços durante tôdas as épocas do ano; produção variada de géneros, de modo a ocupar o maior número possível de actividades; localização conveniente das actividades industriais que utilizam como matéria prima os produtos da terra: fábricas de serração,

de resinosos, de pasta de papel, etc.; transporte fácil e rápido dos produtos.

A introdução de novas culturas permitindo empregar mais trabalho (não me parece a soja a planta *salvadora*), o reaparecimento de culturas abandonadas, como seja a do linho, em cujo estudo a Estação Agronómica Nacional anda empenhada, a intensificação de indústrias vivendo da produção florestal — papel e resinosos, já citados, e outras — até, a considerar com reservas, novas indústrias da celulose, como a das matérias plásticas (de muito pouca viabilidade, aliás, segundo me parece), — tudo enfim que fixar e interessar, nas zonas rurais, o trabalho, não só permitirá que se mantenha uma população densa e crescente, como facultará um rendimento óptimo da terra: possibilidade de investir mais capitais na empresa agrícola, gente para tôdas as culturas, e em tôdas as ocasiões, intensificação da produção, em suma.

Mas, no que diz respeito à intensificação repare-se — e já tive ocasião de o acentuar (30) —, se de momento se justifica, em virtude das circunstâncias criadas pela guerra, um esforço de cultura aproveitando todos os terrenos e tôdas as forças produtivas de ocasião, num trabalho de futuro aproveitar-se-ão os terrenos segundo as suas aptidões e as suas possibilidades. Só será intensificada a cultura arvensê, naqueles solos que permitam uma reconstituição continuada do potencial produtivo. Caso contrário, sucederá o que o Prof. André Navarro refere dos países novos:

“O agricultor procede como o mineiro — esgotado o minério, procura novos jazigos.”

E entre nós, os novos jazigos não são numerosos, nem de grande pujança.

Tem-se acentuado o esforço de intensificação da produção. Aumenta gradualmente a quantidade dos géneros agrícolas produzidos. Por que razão, a êsse esforço, a êsse aumento, não tem correspondido o rendimento óptimo? — É o Dr. Rafael Duque que no-lo explica (31):

... “Chegamos agora ao ponto de explicar porque é que o aumento quantitativo da produção não tem feito a felicidade dos lavradores. É que não basta falar de aumentos de produção, mas atender aos preços dos produtos agrícolas e à relação entre estes e os preços dos produtos industriais e salários.

“Ora, enquanto os preços dos produtos agrícolas estarão, em média, por vinte vezes o que eram em 1914, não acompanhando sequer o multiplicador da moeda — 22,4 — os produtos industriais, de larga aplicação na agricultura ou de largo consumo pelas populações rurais, têm custado trinta a quarenta vezes mais, situação esta agravada depois da eclosão da guerra... O fenómeno é geral, e resulta, principalmente, da própria incapacidade dos agricultores dispersos, isolados, para adaptarem a produção às necessidades dos mercados, ou regularem a concorrência entre si.

«Por outro lado, os salários, embora diminutos e traduzindo, sobretudo nalgumas regiões do Norte, um baixo nível de vida, têm aumentado mais aqui e lá fora do que os preços dos produtos agrícolas.

«Quanto a mim, as crises de trabalho no campo... não resultam só da desigual distribuição dos serviços nas diferentes épocas do ano, mas de um excedente da população, que pesa sobre a indústria agrícola mais do que sobre qualquer outra, porque o aumento da produção agrícola não se traduz num estado geral de prosperidade da lavoura.»

Para que surja êsse estado geral de prosperidade da lavoura, haverá que considerar todos os factores que embarateçam a produção. E, uma vez que o embaratecimento tem de ser feito, não à custa do abaixamento do nível de vida, mas tendo em vista a sua elevação, verifica-se que a primeira verba a não poder ser reduzida, é a dos salários individuais. Aumento de produções unitárias, redução de despesas nas operações culturais, tais são as soluções que se antolham. Poderão ser aumentadas as produções unitárias? — Considerada a produção em si, o *número de sementes*, pode-se afirmar que é em regra susceptível de aumento, pois o que impede a maior produção é quasi sempre a falta de capital. Basta dizer que, no Alentejo, o seareiro ao quarto e ao quinto, quando quer adubar convenientemente (!) as terras, recebe do lavrador o adubo, e faz a seara a meias. Quanto ao aproveitamento da terra, já

se referiu que êle só é máximo em condições especiais de tradição ou de pressão demográfica. O trabalho de Mercês de Mello (7), salienta-o bem.

A redução de despesas não trará consigo, em alguns casos, diminuição do número de braços empregados? — É de crer que sim. Mais uma vez se terão de considerar as novas actividades que darão emprêgo a numerosos braços: introdução de culturas, fomento industrial.

Tem de ser a pequena indústria transformadora dos produtos da terra, aquela que aparece a proteger actividades: o carácter *familiar* da agricultura, em que tanto se fala, implica a indústria familiar, a evitar os inconvenientes dos grandes potentados industriais. E até o preço dos produtos agrícolas pode ser compensado daquele pequeno aumento, em relação ao dos industriais, que se referiu; porque, quasi sempre, o potentado industrial impõe o preço de compra dos géneros que transforma; é o caso das cortiças ... e fiquemos por aqui, para dar a palavra ao Eng.º Cavi-que dos Santos (32):

“ O desperdício das energias nacionais, contra o qual o vulto dos moinhos abandonados nos cabeços e o cachoar das levadas em ruínas protestam platonicamente, sempre foi lamentável e é, no momento em que os combustíveis tendem a rarear, digno da maior atenção.”

.....

“ O que representam de *economia em dinheiro* para a importação, e de aproveitamento nacional, mais 4000 moinhos a trabalhar? Admitindo que trabalham seis meses no ano e que necessitam de cinco cavalos vapor, teremos 20.000 c. v. em 180 dias de 12 horas, ou, ao preço mínimo de \$15/hora, 10380 contos. E ainda falta entrar em linha de conta com os transportes feitos com gasolina ou óleos, *em pura perda quanto ao trigo consumido na região*, desde o celeiro do produtor ao da Federação, dêste à moagem local e desta última ao local de consumo. A tal género de transportes corresponde, no caso de “o trigo ir ao moinho” a carga a dorso e a existência de 6.000 ou 8.000 solípedes...”

“ Daí a valorização das palhas, a menor importação de adubos e tantos outros problemas que tornam inseparáveis o *trigo nacional* e os gados...”

E quanto ao preço do custo da produção industrial? O preço de custo, na pequena indústria, não será necessariamente mais elevado que o da grande indústria? O caso do abandono da fição caseira do linho é, ao que alguns afirmam, exemplo frisante.

Será preciso, para proteger a pequena indústria, que se persigam as grandes emprêsas? Será necessária uma feroz protecção pautal? Cairemos num regime autárquico?

— Antes de mais, é preciso distinguir as actividades fabris que podem viver em regime de pequena indústria, daquelas que, para serem eficien-

tes e rendosas, carecem de uma forte organização. Depois, é também mister saber até que ponto um pequeno encarecimento da produção — quando o haja — poderá ter vantagens sociais; vantagens que se traduzirão, por exemplo, no aumento do poder de compra, ou no equilíbrio dos preços ou dos salários industriais e agrícolas—por um mecanismo de nivelamento que não será tão complicado como à primeira vista parece.

Nos produtos que sejam tratados em grandes fábricas, cabe, ainda, por vezes, papel importante à pequena indústria — que, num tratamento prévio da matéria prima, lhe pode assegurar um melhor preço; é o caso: nos resinosos, da terebentinagem; nas cortiças, da fabricação da prancha.

Finalmente, e já que se trata de preços de custo: na colocação de produtos em mercados externos, haverá que atender às possibilidades dos países concorrentes e à qualidade dos produtos. No que se refere ao comércio de resinosos, dizia o Prof. Azevedo Gomes em 1934 (33):

“...É de si mesmo evidente que vencerá na luta e ressurgirá tanto melhor das crises periódicas que parecem estar na tradição dêste ramo do comércio, aquêlê país que houver conseguido, desde a organização da gemagem ou resinagem dos seus pinhais, ao apetrechamento das suas fábricas, condições de abastecimento incluídas, e ao funcionamento dos respectivos organismos de comércio, sem esquecer também o problema dos fretes, a maior soma de vantagens económicas. Se

a concorrência nos força a vender barato, e não está em nossa mão evitá-lo, ali onde tenhamos que defrontar-nos com adversários favorecidos por circunstâncias ocasionais, o remédio está em produzir barato também, guardadas que sejam as devidas distâncias entre aquilo que nas despesas é irreduzível — exemplo, por vezes, o salário individual — e o que, pelo contrário, pode ser diminuído, dos encargos gerais ou especiais».

Ainda quanto à colocação em mercados externos: géneros há, em que as oscilações periódicas do comércio fazem com que a produção nacional se amolde às condições externas. As pequenas organizações industriais poderão resistir melhor, em certos casos, do que as grandes emprêsas (pelo menos do ponto de vista que mais nos interessa, que é o da manutenção de um certo número de operários, com determinado nível de vida), a essas oscilações.

Noutros produtos, de exportação tradicional e diferentes condições de mercado externo, a venda está mais ou menos assegurada, e pretende-se a colocação de géneros de qualidade muito superior ao dos países concorrentes, por vezes, até, a preço mais alto.

São ainda os resinosos e a cortiça, que nos vão servir de exemplo.

Consideremos os países produtores e as respectivas produções. Quanto aos resinosos, o professor Azevedo Gomes escreveu (33) (e não im-

porta que os numeros sejam já hoje um pouco antigos):

“São meia dúzia de países aquêles que abastecem de produtos desta natureza o consumo geral; dispõem-se, por ordem de importância...: à cabeça do rol os E. U. A. N. com 68,48⁰/₀; depois a França, com 17,68⁰/₀; em terceiro lugar a Espanha, com 6,85⁰/₀; em quarto, Portugal, com 2,03⁰/₀... e fiquemos por aqui”...

“Domina, portanto, e por muito, o colosso americano; êle nos dita a lei, e das flutuações do seu comércio dependem as vicissitudes do comércio europeu” (o sublinhado é nosso).

No que se refere à cortiça, observemos o seguinte quadro, extraído de um trabalho do Prof. F. da Costa, do I. S. C. E. F. (34):

Países	Área (Ha)	Cortiça produzida (toneladas)
Portugal.	555.555	140.000
Espanha.	540.000	83.000
Argélia	445.900	36.000
França.	159.000	13.500
Itália e Sardenha. . .	100.000	7.000
Tunísia	170.000	2.000
Marrocos	350.000	6.900
Total . . .	2.320.455	288.400

O trabalho em referência é de 1935.

Podemos organizar agora o seguinte quadro, das percentagens em relação ao total produzido :

Portugal	48.54 %
Espanha	28.77 »
Argélia	12.48 »
França	4.68 »
.
.

Os números apresentados permitem-nos concluir que, para os resinosos, a existência, em primeiro lugar, de um potentado da ordem dos E. U. A., sujeita o comércio a especiais contingências, quer pela enorme quantidade produzida, quer pelo desequilíbrio entre as percentagens dos E. U. e as dos outros países, quer ainda pelo das dos outros países entre si. Entre o segundo produtor e o primeiro, a diferença é enorme —17, 68 para 68, 48.

Quanto à cortiça, já as coisas se passam de maneira diferente: apresenta-se Portugal à cabeça do rol, com cêrca de 49 % da produção mundial. Mas as características desta são diferentes: há menor desequilíbrio entre as produções dos diversos países, e assim, menor sensibilidade do comércio mundial às condições económicas criadas no nosso país.

Embora os mercados não possam dispensar a produção portuguesa, esta tem sempre que procurar colocar-se, em condições vantajosas, e sem quebras nem oscilações. Para tal, procurará :

1.º Melhorar a qualidade.

2.º Exportar a maior quantidade possível de cortiça em obra.

Uma vez que consiga obter cortiças de qualidade superior, colocá-las-á em prancha, nos mercados externos, se não tiver possibilidade de as laborar; e colocará em obra aquelas de qualidade idêntica à dos países concorrentes.

Não é de Portugal o domínio absoluto do mercado corticeiro. Talvez a diminuição das exportações, principalmente de cortiças por fabricar, no período 1929-32, não seja devida apenas à depressão do comércio mundial, e o prove. Transcrevemos os números índices dos quadros apresentados pelo Prof. Lima Basto (35):

Cortiças por fabricar — Quantidades exportadas
(Números índices)

Designação	1929	1930	1931	1932
Aparas	100	70,7	69,7	59,9
Prancha.	100	41,9	36,4	45,2
Serradura.	100	65,6	47,0	48,5
Virgem	100	66,8	66,7	64,9

Cortiça em obra (rôlhas) — Quantidades exportadas
(Números índices)

1929 — 100 1930 — 97,8 1931 — 85,1 1932 — 89,2

A comparação com os números índices referentes a outros produtos, é elucidativa:

Vinhos do Pôrto :

1929 — 100 1930 — 94,8 1931 — 96,9 1932 — 89,3

Conservas de Peixe :

1929 — 100 1930 — 103,0 1931 — 123,9 1932 — 117,7

O melhoramento da qualidade das cortiças consegue-se por meio de um auxílio eficaz da técnica. Algo se tem feito nesse sentido e caminha-se para muito mais, graças à acção da Estação do Sobreiro, que tem à sua frente o nome prestigioso de Vieira Natividade; e consegue-se também pela obtenção de preços compensadores para o lavrador — que nem sempre o são. O facto de um lavrador receber, de nove em nove anos, importâncias avultadas, de cada tirada de cortiça, não quer dizer, por vezes, que o juro do capital investido seja o mais conveniente. Às vezes, é uma má organização da contabilidade que faz encarar as coisas de modo optimista. Como compensação para o pequeno rendimento do capital, recorre-se à cultura consociada, e sacrifica-se à quantidade, a qualidade. Só quando o lavrador obtiver do fabricante um preço compensador — e portanto os lucros dêste diminuirão — se poderá atingir melhoria de qualidade. A pequena indústria, para os trabalhos prévios de preparação da cortiça, terá um efeito regulador dos preços, quando devidamente protegida. O Eng.º Agr. tir. José Joaquim Rosa Rodrigues está coligindo elementos para um estudo

a êste respeito. Devo-lhe grande parte das informações que possuo.

Se para a cortiça, independentemente de causas económicas gerais que façam diminuir a exportação, se nota por vezes a concorrência a fazer oscilar as quantidades exportadas, sem, no entanto, a produção nacional estar sujeita à de qualquer outro país, para os resinosos a produção está fortemente sujeita à americana, tendo por isso que se prever uma certa maleabilidade para a laboração portuguesa.

A exportação nacional de resinosos tem aumentado gradualmente. Os números apresentados pelo Prof. Mendes de Almeida (36), referentes ao período que vai de 1931 a 1935, são os seguintes:

Valores em escudos

1931	1932	1933	1934	1935
9.998.216	23.680.006	31.697.630	42.180.426	56.769.046

Produtos (Quilogramas)

	Aguarrás	Pez e colofonia
1931	1.545.219	8.199.389
1932	3.196.087	14.060.411
1933	4.542.476	20.234.632
1934	6.192.791	32.509.227
1935	7.178.729	35.402.571

O ritmo tem continuado crescente. O profes-

sor Azevedo Gomes (37) informa, baseado, em números fornecidos pela Junta Nacional dos Resinosos :

“No quinquênio 1935-1939, as quantidades exportadas de aguarrás e pez foram em média anual, respectivamente: 8.654 ton. e 38.235 ton. (números redondos), e haviam sido, no quinquênio anterior, 1930-34, apenas 3.395 ton. e 16.175 ton.”

Dadas as condições do mercado externo, vêm a observar-se as oscilações referidas, para as quais a produção tem de estar organizada. E assim, o Prof. Azevedo Gomes continua :

“ Colheitas mais abundantes não correspondem sempre a saídas mais avultadas dos produtos exportados ; um tal desencontro é susceptível de explicar uma ou outra crise, embora de aspecto passageiro, na actividade nacional ligada à resina-gem dos pinhais.

Por exemplo: A campanha de 1938 totalizou o número máximo de 36.213.896 incisões, a de 1939 o de 16.651.036 apenas, a de 1940 o de 31.271.660, novamente importante. *Stocks* acumulados sôbre campanha mais insistente, feita na previsão de colocações que não puderam fazer-se afinal, conduzem naturalmente, para um país pequeno e num sector de pronunciada sensibilidade, a retraimentos, a desencontros por vezes fortes que a frieza dos números estatísticos apresenta sem explicar,

mas que à sua conta as empresas e os serviços interessados conhecem com minúcia, e como os conhecem, sem dúvida trabalham por evitá-los, até onde isso é possível, para futuro mais ou menos próximo.”

A exportação crescente de produtos resinosos, indica-nos tratar-se de uma actividade jovem, com largas possibilidades de futuro. Mas é preciso olhar a que, uma vez passada a fase juvenil, a produção tem de ser crescente, e constantemente garantida. Nessa altura, competirá à indústria transformadora interna a elasticidade precisa para absorver os excedentes. E não só para isso, como para empregar actividades e assegurar preços, facultando uma solução satisfatória ao problema demográfico de determinadas regiões.

Tais são, em suma, algumas das características da nossa produção industrial, no que respeita aos produtos da terra.

O emprêgo de excedentes de população em meios rurais, a valorização dos produtos do solo, o equilíbrio dos preços dos produtos industriais e agrícolas, tais são as finalidades a atingir ao estudar a criação, a localização, a organização de empresas industriais; o tipo da empresa será aquêlê que as circunstâncias indiquem.

Considerou-se a colocação dos produtos nacionais em mercados externos; referiram-se as oscilações a que está sujeita. Citaram-se numeros já

antigos, de tempo mais ou menos normal, e encarrou-se a situação geral dos mercados em outras ocasiões.

A guerra paralisou certas actividades, deu extraordinário incremento a outras. Finda ela, é de crer que se entre em novo, e quem sabe se também transitório, período de regularidade de relações comerciais e de produção industrial e agrícola. Poder-se-ão fazer previsões para essa *nova normalidade*? Poderá começar desde já a esboçar-se a orientação de actividades nacionais, em qualquer sentido?

IV

Como sou muito talentoso (conta-se com o meu fósfil, na Academia), acompanhei desde início as repercussões da presente guerra na economia agrícola portuguesa.

Considerarei a necessidade de *modificação transitória da economia das nações*; modificação transitória essa que consistia na adaptação do fâcies produtivo do país, exclusiva ou quâsi exclusivamente, às necessidades imediatas dos seus habitantes. O esforço produtivo deveria orientar-se no sentido de fazer com que a produção nacional provêsse ao sustento da grei; a paralisação do comércio externo impediria a entrada de produtos de outros países, e também a saída de gêneros de exportação. Daí a necessidade de adaptação rápida a um regime de autosuficiência. Mas a adaptação pressupunha um esforço enorme de intensificação cultural: dado que era necessário prover à alimentação de tôda a gente, apenas com



os recursos nacionais, fôrça se tornava impedir por todos os meios que ela escasseasse; tinha de se atender ao aumento de produção necessário para evitar qualquer falta, e contar ainda, na previsão, com circunstâncias adversas de vária ordem, entre as quais avultariam as vicissitudes de um clima *desconjuntante*. Urgia que se cultivasse o mais possível, e nem sempre naquelas condições que tornassem a produção mais rendosa. O aproveitamento de todos os tratos de terreno, bem como condições limitantes do acréscimo de produção (exemplo: as dificuldades na aquisição de adubos), determinariam: em terras menos férteis, produção exígua — e cara; nos solos ricos, diminuição, em muitos casos, de produções unitárias, e aumento do preço de custo. Importava sobretudo que se combatesse a fome; deveriam ser postas de parte quaisquer considerações que não dissessem respeito à necessidade de produzir — independentemente do preço do custo, independentemente de certas tradições culturais, independentemente, até, por vezes, da qualidade dos produtos, sacrificada à quantidade (o caso da vinha consociada).

Problemas económicos surgiam a requerer um trabalho de previsão ou a necessitar de uma observação permanente e atenta de fenómenos: repercussões da alteração da fisionomia agrária do país no valor da moeda, no nível de vida... Cálculo da variação da renda; determinação teórica desta (cito apenas os temas, pois não é suficiente

a minha preparação, para lhes fazer, de momento, referência pormenorizada).

Considerarei, a-par com a necessidade de transitória modificação de actividades, a conveniência de que em algum sentido se trabalhasse para o futuro: "... total aproveitamento do solo português, modificação de rotinas, progresso agrícola em geral, para elevação do nível de vida, de forma que, entrado o mundo em seu ritmo normal, se apresente a nossa agricultura como (passe o termo banalíssimo)... florescente" (38).

Considerarei também os aspectos de defesa da terra, que importava fôsem encarados, para evitar que ao momentâneo aproveitamento do solo viesse a suceder uma cultura ruinosa:

"... se se torna forçoso continuar a insistir na necessidade de intensificar a produção, não é menos necessário continuar a afirmar a distinção entre o que é temporário e o que é definitivo.

"Assim, considerando a extensão das áreas cultivadas, será definitivo o aproveitamento do solo agricolamente valorizável — e nêle o aumento da produção unitária, pela melhoria da técnica — e, ao contrário, será apenas momentâneo o aproveitamento arvense daquela terra que não tenha as características de produtividade requeridas na exploração agrícola, e onde esta só possa ser feita à custa da queda progressiva e ruinosa da fertilidade, da erosão intensa, ou até da manutenção de uma reserva de pastagens naturais insusceptíveis de substituição, pelo menos nas condições em que

se viva (o caso, ainda não completamente estudado, do *servum* da Serra da Estrêla, creio que se presta a exemplo)» (30).

A primeira coisa a estudar é a reconstituição de macissos florestais destruídos por virtude da falta de combustíveis. É facto de observação corrente que, logo que as madeiras atingem um preço remunerador, se destróe implacavelmente a floresta. Uma vez, o desbaste vai sendo lento, e o pinhal (quási sempre é o pinhal o atingido, dado que predomina sôbre os povoamentos de outras essências, e dado também o maior uso da madeira de pinho) substitue-se gradualmente pelo mato; outras vezes, e é o mais freqüente, ao pinhal succede-se imediatamente uma cultura arvense — o trigo ou o centeio. Na Serra da Estrêla (Seia) observei manchas de pinhal alternando com tratos cultivados de centeio. E nêles já por vezes se começavam de notar efeitos de erosão mais intensa, se bem que a cultura fôsse recente. Já sôbre as acções erosivas, haverá que estudar as conseqüências da substituição do souto, pelo pinhal. Casos que observei na Beira-Baixa (entre Sertã e Oleiros) da formação de perfis de solos do tipo gray-brown-podzolic, a-par com outros do tipo heat-podzolic, assim como os que notei na Serra da Lousã, de podzol, e gray-brown-podzol, permitirão talvez, após um estudo mais atento, e como é natural, tirar conclusões acêrca dos processos erosivos relacionados com a cobertura vegetal de resinosas, de folhosas, ou de matos.

Considerarei as possibilidades de abastecimento do mercado interno; as condições criadas, impedindo a aquisição de carburantes, tornavam particularmente difícil o transporte dos produtos agrícolas. Não bastava uma campanha de produção bem orientada; havia mister de uma organização perfeita do transporte dos géneros produzidos, para evitar que fôsem «os grandes centros consumidores, os grandes mártires da economia anómala» (38).

Considerarei ainda, e finalmente, algumas perspectivas de fomento industrial e agrícola, relacionadas com as condições criadas pela guerra (39). Perspectivas que são principalmente representadas por: possibilidade de maior adiantamento de capital à empresa agrícola, aproveitamento das especiais condições de domínio de mercados, no que respeita a indústrias transformadoras dos produtos do solo, com possibilidades permanentes de exportação (em tempo normal).

* * *

O aumento do custo de produção cifra-se principalmente no acréscimo das despesas efectivas (*). Abstraíamos dos juros dos capitais. Visto que

(*) Para as pessoas menos habituadas à nomenclatura, transcrevemos as definições apresentadas pelo Prof. Lima Basto (40):

Rendimento Bruto (R. B.): O acréscimo total do va-

$$D E' > D E ,$$

a condição necessária para que a situação do agricultor se mantivesse sensivelmente a mesma, em relação ao rendimento líquido, abstraindo da variação do poder de compra (e já vimos, no capítulo anterior, através das palavras do Sr. Dr. Rafael Duque, que essa situação não era muito favorável, em relação à do industrial, por exemplo), seria pre-

lor obtido na exploração agrícola no espaço de um ano, por transformação, troca ou nova avaliação...

Despesas de exploração efectivas (D. E.): A soma de todos os sacrifícios consentidos para obter o rendimento bruto, abstraindo dos juros do Activo. Incluem, principalmente, os seguintes gastos: os salários de estranhos, os salários correspondentes ao trabalho manual do empresário, chefe da exploração, e das pessoas de sua família; os gastos com sementes, fertilizantes, e outros materiais; os dispêndios com o trabalho animal ou mecânico; as diminuições de valor, no inventário do fim do ano, das existências de artigos comprados durante o ano para serem empregados na exploração; as reparações e... desvalorizações...; as contribuições.

Rendimento líquido (R. L.) — ...O saldo que se obtém deduzindo do rendimento bruto as despesas de exploração efectivas (R. L. = R B — D E).

Custo de produção — A soma das *despesas de exploração* com o total dos *juros normais* de todos os capitais da empresa, se a exploração é de conta própria (C P = D E + J N C E + J N C A).

Resultado final da exploração — O saldo que se obtém deduzindo do *rendimento bruto* o *custo de produção* (L B E = R L — C P).

ciso que o rendimento líquido se conservasse constante :

$$R L = R B - D E = R B' - D E'$$

Ter-se-ia isto verificado? — E de crer que não.
É de crer que

$$R B' - D E' < R B - D E,$$

isto é, que o acréscimo do rendimento líquido, foi menor que o das despesas efectivas.

As razões que levam a crer em tal são as seguintes : a procura crescente de produtos cuja exploração não era intensa, nem por vezes remuneradora, antes da eclosão da guerra (o caso dos minérios é o mais típico e o mais influente), o aparecimento de inúmeras actividades com mão-de-obra cara, e também o encarecimento constante dos géneros, conduziu a uma tendência para alta geral dos salários. Por outro lado, a procura sazonal de braços na exploração agrícola, ainda mais acentuou essa alta, para o salário rural. Em lavouras onde, nas ceifas, se pagava 12\$00, aos homens, passou a pagar-se 20\$00 e 25\$00. O aumento de produção, já vimos que tinha de ser procurado mais pelo total aproveitamento do terreno e pela maior aplicação de trabalho, do que pelo aumento de produções unitárias. Os produtos de aplicação industrial, sobretudo os usados em indústrias de guerra, não sendo tão abundan-

tes que satisfizessem as necessidades de consumo, e sendo fácil e bem remunerada a sua colocação em mercados externos, obteriam preços elevadíssimos; os géneros agrícolas, que o próprio esforço de produção, para evitar a fome, tornaria bastantes, não teriam, felizmente, pela sua relativa abundância, um preço tão alto. Se o tivessem, de resto, o consumidor não lhes chegaria...

Visto que temos dado a êste trabalho a forma de uns apontamentos, será oportuno transcrever agora, para documentar o acima exposto, as seguintes palavras do Prof. Lima Basto (15):

«Cada aumento no custo ou diminuição no valor dos produtos agrícolas actua no sentido de restringir a margem de benefícios derivados da cultura e diminuir o rendimento líquido do agricultor; inversamente cada diminuição do custo ou aumento de valor alarga a margem dos benefícios da cultura e aumenta o rendimento do agricultor.»

«Não pode o agricultor influir no aumento do preço de venda, pois é característica da agricultura não ter possibilidade de influir nos preços pela restrição de produção...

.....
«Resta ao agricultor para tentar aumentar os seus lucros diminuir as suas despesas.»

«De dois modos poderá o agricultor atingir tal fim e de ambos convirá usar: a) diminuir o custo da colheita, menos pela diminuição das despesas

que pelo aumento da produção e conseqüente redução no custo da unidade produzida; b) reduzir as despesas de venda, melhorando os processos de colocação no mercado.»

«Mr. Dampier Whetham também divide os melhoramentos da agricultura em três classes: os que dizem respeito à ciência, os que dizem respeito à arte e os que dizem respeito ao negócio (*). Os primeiros podem demorar a acção da lei dos rendimentos decrescentes, os segundos aumentam o proveito da exploração diminuindo o custo da produção e os terceiros aumentam os lucros do agricultor por maior eficiência na comercialização dos produtos.»

Segundo a lei dos rendimentos decrescentes, a partir de uma determinada ocasião, em que se atinge o maior lucro marginal, a cada acréscimo de esforço produtivo empregado, *em idênticas condições de cultura*, não corresponde um acréscimo de produção proporcional ao aumento de esforço dispendido. Até ser atingido o máximo lucro total, a produção vai quantitativamente aumentando; mas aumenta, com ela, o custo da unidade produzida.

(*) Note-se que esta classificação de actividades humanas em ciência, arte e negócio é muito estapafúrdia... Ignoro a que escola filosófica pertence... G. S. R.

V

O mecanismo do que Dampier Whetham designa por *demorar a acção da lei dos rendimentos decrescentes*, é fácil de compreender :

— Os progressos da técnica, modificando as condições de cultura, farão, evidentemente, com que a diminuição dos acréscimos de rendimento se refira a uma produção, por unidade, muito maior. O início do decrescimento passa a ser referido ao máximo de uma outra função, cujos valores são superiores aos da função anteriormente existente. Por isso, toda assistência técnica que aperfeiçoe a cultura, terá, de certo modo, contribuído para o embaratecimento da unidade produzida. E aquêlê trabalho de futuro que indiquei como principal finalidade de uma campanha de produção, outra coisa não é senão o estudo dos processos agronómicos de fazer o solo produzir cada vez mais, pelo domínio da terra e pelo melhoramento da planta.

Mas note-se : o carácter de país velho, em que a produção intensiva é determinada pela pressão populacional, obriga, nas condições presentes, a

um esforço de ainda maior intensificação; se, em outras alturas, o lucro que se pretendia, era superior ao máximo lucro marginal, poderia não ser, no entanto, o máximo, mas apenas um maior lucro total; maior lucro total que era determinado pela procura dos géneros, pela escassez da terra em relação à quantidade dos habitantes, e regulado por factores limitantes diversos, v. g., as disponibilidades de trabalho e de capital.

Nêste momento, a procura de géneros é máxima; é forçoso empregar numerosos braços; mas, em algum sentido, não se verifica a teoria da produtividade marginal do trabalho, que o Prof. Lima Basto (15) resume assim (*):

«Segundo esta teoria, o rendimento de qualquer unidade de trabalho de dada espécie num momento dado, tende a ser igual à produtividade marginal dessa unidade. O ponto de produtividade marginal é atingido quando a importância adicionada ao rendimento do empresário pelo emprêgo de mais um operário é justamente igual ao salário que tem de ser pago para poder utilizar o trabalhador.»

A tendência para elevação de salários verificou-se em actividades diferentes da da exploração agrícola. Mas, visto que a essa tendência correspondia a de aumento dos preços dos produtos industriais, e visto também que havia possibilidade de empregar braços até aí desempregados, na exploração

(*) De Dumeier e Heflebower—«Economics with applications to Agriculture».

agrícola a fixação de salários faz-se segundo uma lei criada pela situação de momento.

O aumento do preço dos produtos industriais é que determina os fenómenos apontados. O preço dos produtos agrícolas não acompanha o dos industriais; é ainda uma consequência das características de país velho, do Norte de Portugal, e do aspecto *sui generis* da agricultura do Sul, com um fácies intermédio, devido às condições ambientes. Nos países de cultura extensiva, as coisas passam-se de maneira inversa: ainda há pouco os jornais noticiaram a mensagem de Roosevelt ao Congresso Americano, "em que pede àquela Assembleia que vote, antes de 1 de Outubro, uma lei autorizando-o a tomar as medidas necessárias para estabilizar o custo da vida e os preços dos produtos agrícolas." (*)

"O Presidente refere-se... ao programa contra a inflação, em sete pontos, que apresentou ao Congresso e à Nação, em 27 de Abril, e em que diz que o Governo continuou a executá-lo, mas que todos os esforços para sustar o crescente aumento do custo da vida, *têm sido minados pelo aumento contínuo dos preços dos produtos agrícolas*" (**). Afirmou que, em consequência disso, os salários se encontram sob a pressão contínua dos preços, e que se está dando o abaixamento contínuo do poder de compra do público". (Perdoe-se ao telégrafo a redacção da notícia).

(*) «Diário de Notícias», de 8/9/42.

(**) O itálico é nosso.

Nos países em que o factor limite da produção agrícola é o trabalho humano, qualquer esforço de intensificação cultural, por pequeno que seja, faz aumentar notavelmente o preço dos produtos; a teoria da produtividade marginal indica-nos que à maior procura de trabalho corresponde uma subida de preço dos géneros agrícolas. Esta subida é maior, e mais rápida, que a dos industriais.

Em países velhos, as coisas passam-se ao contrário: é do aumento do preço dos produtos e salários industriais que provém o aumento dos salários agrícolas e dos apetrechos necessários à agricultura: os géneros agrícolas não sobem correspondentemente; numa palavra: é grande o aumento do custo de produção.

Para remediar o mal, o lavrador teria de lançar mão de todos os processos que a técnica lhe aconselhasse e a economia lhe permitisse. E aproveitar tôdas as circunstâncias ocasionais que se lhe deparassem.

Entre essas circunstâncias, avultava a possibilidade de investir novos capitais na exploração agrícola. Já notámos que a ausência de capital é as mais das vezes factor limitante no acréscimo das produções. Será agora a altura de colocar capitais com outras origens, na exploração agrícola; e assim já se elimina um dos agentes que limitam o rendimento, e, conseqüentemente, aumentam o preço de custo. Mas, aqui, há que encarar com especial critério técnico a forma de empregar o numerário, porque o modo como se distribuem os ren-

dimentos da agricultura, a dificuldade de obter remunerações condignas, a morosidade com que será feita a reconstituição do capital, como salientamos no primeiro capítulo dêste trabalho, ao citar um trecho do Prof. Monte Pereira, a necessidade absoluta de completo conhecimento das coisas da terra, indicam que só mediante uma eficaz assistência técnica se podem conseguir resultados satisfatórios (*).

O largo emprêgo fabril de produtos de origem florestal ou agrícola também pode facultar ao lavrador uma compensação susceptível de contribuir para a melhoria dos métodos de cultivo e para o aumento do rendimento líquido.

O aumento de exportações de certos produtos, em virtude da guerra, as condições de domínio em que circunstâncias de ocasião nos têm colocado em relação a países concorrentes, levam a olhar com confiança o futuro de algumas actividades. Em Fevereiro de 1941, o «Diário da Manhã» publicava um artigo em que se referia aos resultados globais da exportação de cortiça, em 1940, segundo números apresentados pelo Boletim da respectiva Junta. E dizia (41):

«Indicam êles, para tôdas as categorias, um total de 152.536 toneladas no valor de 286.695 contos, contra 159.563 toneladas e 291.868 contos, em 1939, e 124.335 toneladas e 252.208 contos, em 1938. As cifras do ano findo não podem deixar

(*) Vid. (39), e «A Procura da Terra», artigo que publiquei em breve.

de ser consideradas extremamente satisfatórias, se atendermos a que uma parte apreciável dos mercados habitualmente importadores esteja fechada à nossa exportação.

«No... referido Boletim tinha sido apresentada a seguinte elucidação sôbre as causas que permitiram uma favorável exportação em 1940: *Dois factores têm contribuído até agora para atenuar, em relação à cortiça, a depressão que é inevitável consequência da guerra: o facto de nos encontrarmos sòzinhos em campo, porquanto a Argélia e a Espanha se viram impedidas, por circunstâncias conhecidas, de concorrer aos mercados nas proporções habituais; e as avultadíssimas compras de cortiça para trituração feitas pelos Estados Unidos da América*».

O artigo em referência publicava os resultados globais, incluindo a exportação de cortiça em obra.

Os dados estatísticos de que se servia, não indicavam o destino, por países, do material exportado. Dados do Instituto Nacional de Estatística, não incluindo cortiça em obra, são os seguintes:

Exportação de Cortiça, no ano de 1940

	Quantidade	Valor
Total.	140.600 ton.	166.922 contos

	Quantidade (kg.)	Valor (esc.)
Em Aparas.	75.232.177	82.147.358
E. U. América	48.313.455	54.387.022
Inglaterra	18.281.288	18.386.684
Austrália	4.236.264	4.735.353
Canadá	3.028.580	3.221.834
México	632.220	646.226
Etc.		
Em Francha.	13.332.242	37.325.201
E. U. América	3.629.416	10.893.607
Argentina	1.729.047	4.855.276
Japão	1.595.514	4.125.371
U. R. S. S.	1.293.175	3.078.662
Alemanha	992.912	2.764.198
Inglaterra	14.055	36.543
Etc.		
Virgem	26.198.752	19.331.662
E. U. América	23.867.595	17.725.834
Inglaterra	939.924	626.045
Alemanha	535.652	393.125
Etc.		
Refugio	19.552.897	18.102.865
E. U. América	14.589.437	13.503.047
Japão	1.611.209	1.529.657
Inglaterra	1.524.438	1.382.600
Etc.		
Serradura	6.283.745	10.014.949
Inglaterra	5.744.946	9.172.200
Canadá	295.000	440.450
Austrália	67.955	122.298
E. U. América	50.290	88.054
Etc.		

Em 1941, a exportação global de cortiça em bruto foi de 178.061 ton., no valor de 304.847 contos. O acréscimo de quantidade exportada foi 37.461 ton., no valor de 137.925 contos.

De Janeiro a Setembro de 1942, a exportação de cortiça em bruto foi de 93.268.321 quilog., no valor de 203.234.423 escudos.

Quanto aos resinosos, a exportação em 1941 foi de 52.434 ton. Já vimos através do trabalho do Prof. Azevedo Gomes (37) que a média do quinquênio 35-39 havia sido 46.889 ton. (38.235 p.+8.654 a. r.) De Janeiro a Setembro do ano corrente a exportação foi 4.490 a. r.+2.659 p., no valor de 50.387+115.671 contos.

E' curioso constatar que até Setembro do presente ano, a uma saída relativamente pequena (7.149 ton.), correspondeu um valor de 166.058 contos. Em 1932, por ex., a uma saída de 17.250 ton., correspondeu um valor de 23.600 contos. Importante é observar também, no presente ano, as proporções de água-raz e produtos sólidos exportados. Quebra-se o equilíbrio existente, e são para recordar aquelas palavras do Prof. Azevedo Gomes, escritas em 1941 (37):

«Para que se não constituam *stocks* embaraçosos e a um certo engorgitamento interno não haja lugar, convirá... que o mercado importador absorva 3,5 vezes mais de produtos sólidos que de água-raz, sabido como é que a matéria prima destilada rende, em média, 70 0/0 e 20 0/0 para cada um

dos produtos em questão». E também aquelas outras, pronunciadas em 1934 (33):

«...As percentagens quantitativas da água-raz para a colofónia tendem para um equilíbrio justo, aquêlê que de facto corresponde ao que da gêma de pinheiro se extrai (20 0/0 de essência, 3,5 mais de produtos sólidos); e isto quer dizer que o mercado interno corre menos risco de engorgitar-se com os excedentes de um qualquer dos dois produtos. Com efeito, aquelas percentagens foram; em 1931, 16 0/0; em 1932, 17 0/0; em 1933, 19 0/0».

Os números apresentados deixam entrever uma situação folgada, dentro das actuais vicissitudes, para a nossa exportação. Quantitativos elevados e preços remuneradores, mau-grado as gerais dificuldades de comércio externo, poderão compensar, em parte, quebras em outras exportações e diminuições no rendimento de domínio agrícola. A situação criada autoriza-nos a prever a conquista absoluta e definitiva de mercados, e larguíssimas possibilidades de fomento industrial. Os lucros advindos poderão constituir-se em reservas para apetrechamento de indústrias. Assim, dentro de certos ramos e no quadro das actividades florestais, é de prever o emprêgo permanente de trabalhadores, a possibilidade de localização conveniente de indústrias, o descongestionamento de zonas de excessivo saldo demográfico e a mais eficaz gradação da intensividade cultural. Para tudo isso, é necessária uma expectativa cuidadosa e atenta.

As emprêsas industriais terão de encarar a possibilidade de movimentos diversos, por vezes convulsivos, no comércio, após o termo da guerra — e ordenar as coisas de modo a poder suportar tôdas as oscilações, em qualquer sentido, para conseguir enfim uma situação de domínio. Os proventos extraordinários, deverão empregar-se de tal forma que, permitindo um incremento notável de actividades, sejam ao mesmo tempo a válvula de segurança para ocorrências acidentais; e tem de haver, na legislação, meticoloso cuidado na destrição entre o que é pertença do fisco, e aquilo que se lhe não pode atribuir.

Quanto à produção, há que considerar avultadas quebras, e procurar atenuá-las, quanto fôr possível, e remediá-las. Nos casos tratados, de cortiça e resinosos, o uso da madeira para combustível e outros fins, em virtude da falta de materiais importados, trazendo um prejuízo incalculável ao património florestal, faz pensar na altura em que escasseie a matéria prima para as fábricas, e lembrar que na campanha de produção o objectivo mais urgente é a aceleração do ritmo de povoamento florestal.

Lembro-me de já ter salientado que para os resinosos poderiam não se manter as condições de domínio de mercados— «a braços porventura os fabricantes com falta de matéria prima, e a exportação portuguesa na contingência de ser abafada pela dos países concorrentes em que não tenha sido tão intenso o desbaste do pinhal» (30).

Ainda para os resinosos, verifica-se, como vimos, a quebra da proporção estabelecida de 3,5 vezes mais de produtos sólidos exportados, que de aguarrás. E' necessário estudar o processo de o mercado interno absorver o remanescente de pez, de maneira satisfatória, tanto mais que, segundo se lê em um despacho do sr. Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, «os preços actuais representam já aumento muito sensível sôbre os preços de 1939: cêrca de 25 0/0 no pez e 75 0/0 na aguarrás — *notando-se que, para esta, a proporção de consumo no mercado interno é muito maior que para aquêle*» (*) (O itálico é nosso).

Já que se fala em preços, convém citar o problema do equilíbrio entre os preços do mercado interno e os da exportação. Porque, se seria para desejar que êles se mantivessem em todos os produtos, a-fim-de evitar a corrida vertiginosa de preços e salários, é todavia certo que aos gêneros que atinjam um preço elevado no estrangeiro, é preciso assegurar boa remuneração dentro do país, sob pena de escassearem no mercado. Também há que atender aos preços obtidos pelas matérias primas estrangeiras, não sendo justo que, numa ocasião em que a subida é geral, fôssem precisamente os produtos nacionais que não beneficiassem dessa subida.

Uma vez que é humanamente impossível a absoluta estabilização de preços, os esforços dos

(*) Publicado nos jornais diários em 30-8-42.

poderes públicos e das entidades particulares terão de trilhar nova senda — qual é a de conseguir, com os lucros surgidos, fazer obra de fomento tal que a subida de salários seja quanto possível superior à dos preços, e assim melhorar o nível geral de vida. Oxalá isso seja possível à boa-vontade de todos os portugueses.

VI

Somos chegados ao termo das nossas considerações, e, mau-grado a geral e justificada atmosfera de receio e de dúvida, não podemos deixar de encarar o futuro com certa confiança, quasi com optimismo. Cremos que nem tudo serão ruínas; cremos que virá uma época de maior equilíbrio económico e de maior justiça social; e juntamos a curiosidade de entrever essa era aos desejos de paz na terra aos homens de boa-vontade.

A dolorosa experiência terá seus efeitos benéficos. Condições especiais criadas poderão aproveitar-se com intelligência, com critério, e ser úteis e duradoiras.

Convém salientar, primeiramente, a mais benéfica de todas as modificações que poderão surgir, no nosso país: a valorização do trabalho.

Vimos como a densidade populacional, determinando intensificação de cultura, obrigava aos salários baixos, pela abundância de mão-de-obra; vimos que o crescimento demográfico forçava à apropriação contínua de terrenos. Tais factos le-

varam à formulação das leis de Malthus e Ricardo, cujas conseqüências Gide expõe assim (42):

«Aproximemos agora as duas leis, de Malthus e de Ricardo, a da população e a da renda, e investiguemos qual seja o seu reflexo sôbre a condição do trabalhador e sôbre o salário. E' evidente que as perspectivas são pouco favoráveis. Preso entre duas fôrças antagónicas, — de um lado, o aumento do número dos proletários..., aumento que deverá conduzir necessariamente ao aviltamento da mão-de-obra; do outro lado a necessidade de recorrer a terras cada vez menos férteis, que produzirá um encarecimento crescente dos géneros indispensáveis à vida; — o operário, dêste modo, entre a baixa de salário e a alta dos preços, encontrar-se-á esmagado, como entre a bigorna e o martelo».

Vimos que, encarada no estrito ponto de vista da oferta e procura de trabalho, a consideração de Ricardo de que a elevação dos salários era conseqüência *da procura crescente de subsistências* e da *quantidade de trabalho necessário para a produzir*, não é inteiramente verídica.

Com efeito, se, a não empregar, em determinada cultura, a totalidade de mão-de-obra existente, corresponder o desemprego dessa mão-de-obra, é evidente que o preço da unidade de trabalho será o mínimo que equivalha ao emprego da totalidade de braços.

Mas vimos também que, nas condições presentes, a tendência para alta geral dos salários

provém, em grandíssima parte, do aparecimento de novas actividades e da elevada remuneração de trabalhos diferentes do agrícola. Aqui é que, de facto, à procura de trabalho vem a corresponder aumento na sua paga. E, por conseqüência, torna-se preciso aumentar a produção por unidade de trabalho; é forçoso que a aquisição de terras menos férteis não produza o *encarecimento crescente dos géneros*.

O aumento da quantidade dos géneros agrícolas produzidos, a variedade de produtos commerciáveis, o aproveitamento mais racional de todo o território com culturas numerosas e de largas possibilidades de consumo, a melhor localização de actividades fabris ligadas à produção da terra, o transporte fácil e rápido dos géneros, tudo terá como efeito o objectivo almejado — valorização do trabalho.

Considerámos algumas das perspectivas que se abrem; referimos possibilidades de momento que urge aproveitar e condições favoráveis permanentes que é mister fomentar. Possibilidades industriais relacionadas com o aproveitamento de culturas de tradição, o fomento florestal, ou a introdução de novas culturas.

Quanto a culturas introduzidas, é interessante observar o que se passa com o cânhamo, referido, em 1941, pelo Engenheiro-Agrónomo Antunes Júnior, nas primeiras Jornadas Agronómicas (43):

«Em princípio de 1936, foi a Campanha da Produção Agrícola abordada pela Companhia Na-

cional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, que se lastimava de, em virtude das sanções económicas applicadas à Itália, ter de adquirir por alto preço, em Espanha, a fibra de cânhamo necessária à sua indústria, quando, com facilidade e maior economia talvez, a pudesse obter no País, enriquecendo dêsse modo, com a introdução dessa cultura, por assim dizer nova, porque só a título de curiosidade e sem orientação definida, ela tem sido experimentada em Portugal, uma vez por outra. Isto é dito no boletim n.º 19 do Ministério da Agricultura e precedendo um relatório duma visita de estudo que nessa data fizeram a Alicante, técnicos do Ministério.

«São volvidos 5 anos e é consolador notar que essa mesma fábrica, que, nessa mesma altura — 1936 — não recebia fibra portuguesa, em 1937 recebeu já alguma, e de então para cá, numa razão geométrica animadora, recebeu: em 1938, fibra de 10 H^a, em 1939 de 25, em 1940 de cerca de 100, e... (em 1941), duma área que excede 300 H^a. Já não é só o Ribatejo, embora seja êle que concorre com mais cânhamo, mas de Silves a Chaves aparecem campos com cânhamo...

«Estes 300 H^a dão já à fábrica cerca de 180 toneladas de fibra, número assás importante, sobretudo se atendermos que só decorreram 4 anos e que em tão pouco tempo, penso que nunca houve outra cultura introduzida que ganhasse terreno tão vertiginosa e brilhantemente. Mas o obtido não é ainda suficiente.

«Só esta empresa que teve a sugestão, importava anualmente, pouco mais ou menos 500 a 600 toneladas de fibra».

O largo alcance económico da cultura de plantas têxteis verifica-se quer na possibilidade de maior rendimento da exploração agrícola, quer no emprego de braços nas empresas fabris que dessa cultura vivem. Por isso, casos como o do cânhamo devem ser acompanhados com especial interesse. Interessa também os técnicos o problema do linho; e à queda da sua produção, esforçam-se por opor condições técnicas e económicas que facilitem a cultura. O linho tem sido estudado, em seus aspectos culturais e económicos. E nota-se a redução da sua área de cultivo. O Engenheiro-Agrónomo D. Rodrigo de Castro observa *que a sua cultura, que segundo o Eng.-Agr. A. L. de Seabra, atingiu 25.000 H^o, foi decaindo de tal forma que em 1940, pelo inquérito efectuado por uma comissão de agrónomos, se apurou apenas ocupar cerca de 175 (44).*

E' difícil fazer o cálculo do movimento comercial externo do linho. Já depois de publicado o 3.º capítulo deste trabalho, o sr. Dr. Nuno Simões escreveu um interessante artigo sobre o assunto (45). Aproveitando a ocasião para agradecer a referência que o seu autor quis ter a gentileza de nos fazer, transcrevemos os números por êle apresentados:

«Antes da guerra, pagávamos ao estrangeiro mais de 30.000 contos anuais pelo linho em rama

e em fio e tecidos e pelas sementes e óleo de linhaça que importávamos.

«Em 1937 e 1938 custou-nos mais de 35.000 contos, em cada ano, tal importação.

«Em contra-partida dessa vultuosa soma recebíamos pelo fio e tecidos (quási exclusivamente bordados) que exportávamos, aproximadamente metade daquela importância, nela representando o trabalho nacional mais de um têtço.

«Em 1937 essa exportação somou 18.330 contos e, em 1938, baixou para 13.521.

«A guerra reduziu muito o volume da importação, por nos terem faltado os nossos fornecedores habituais, a exportação em alguns dêles ter sofrido restrições ou terem escasseado os transportes.

«A-pesar disso, em 1941, ainda mandámos para o estrangeiro 22.175 contos, com que pagámos 135 toneladas de linho em rama (quási uma quarta parte da importação de 1939), 360 ton. de fio (cêrca de $\frac{1}{4}$ também de 1939), 70 ton. de tecidos (34 % de 1939), 6 ton. de obra (pouco mais de metade de 1939), 5.388 ton. de semente de linhaça (73 % de 1939) e 141 ton. de óleo de linhaça (34 % de 1939).

«Em compensação valorizou-se um pouco a exportação dos nossos artefactos de linho. No ano passado exportámos 57 ton. de fio de linho no valor de 1.074 contos e 105 ton. de tecidos (quási exclusivamente bordados) no valor de 19.373 contos, ao todo 20.447 ou quási o valor de tôda a importação».

A estimativa dos números referentes ao linho é, como dissémos, particularmente difícil, variando consideravelmente de autor para autor. O Sr. Dr. Nuno Simões considera os números referentes a linho e outras fibras, o que dá margem a um êrro apreciável. Do relatório apresentado pelos técnicos do Ministério da Economia, Eng.^{os}-Agr.^{os} Quartin Graça, Conceição e Silva e Rodrigo de Castro, encarregados, em 1940, de proceder a um inquérito sôbre o assunto (*), transcrevo as seguintes considerações (46):

«A maneira como nos despachos são atribuídas as mercadorias pelos diferentes artigos das pautas é muitas vezes arbitrária. A própria classificação dos artigos é também confusa. Estabelecidos debaixo de um critério aduaneiro, não correspondem muitas vezes às realidades técnicas.

«Daqui o embaraço em que nos encontramos, visto que, no que diz respeito aos téxteis, quer em fio, quer em obra manufacturada, era uma evidente mistura entre linho, cânhamo, e possivelmente outras fibras, impossível de destrinçar.

«Analisando os números em referência, verifica-se que as médias do decénio são os seguintes (números redondos):

Importação de linho e cânhamo em filaça	700 ton.
Idem de fio de linho e cânhamo	1600 "

(*). Cumpre-me agradecer ao Eng.^o-Agr. D. Rodrigo de Castro todos os esclarecimentos e informações que me prestou, bem como elementos de consulta facultados.

«Consumindo-se, nos últimos anos, cêrca de 400 ton. de cânhamo, quási tôdas em fibra, pode admitir-se, num cálculo grosseiro, que a importação de filaça de linho se reduz a 300 ton. (*)

«Quanto à importação de fio, não há, como ficou dito, elementos que permitam separar o que é linho do que é cânhamo...

«Fazendo um cálculo que deve pecar por largo defeito, pelo qual 50 0/0 da importação de fio diz respeito a linho êste deve atingir 800 ton...

«Para se obterem... as 300 ton. de filaça importada são... necessárias 2.500 ton. de linho em palha.

«Para compensar a importação de 800 ton. de fio, torna-se necessário produzir 14.330 de palha de linho, visto o rendimento de linho assedado regular por 6 0/0.

«Portanto, as necessidades totais de produção para compensar as importações atingem 18.130 ton., o que, admitindo uma produção média de 5 ton. por H^a, corresponde a 2.820 H^a.

«Quanto à produção de linhaça (semente de linho) é mais difícil ainda calcular as necessidades do consumo.

«Qual a produção nacional?

«A disparidade dos números apurados no inquérito, a incerteza de se tratar de colheita registrada em cultura mixta ou exclusivamente destinada

(*) Segundo o inquérito feito pelo Eng.º Eloi Moniz Júnior, 100 ton. (G. S. R.)

à linhaça e ainda a dificuldade que há em avaliar a quantidade reservada para sementeira, não permitem que se faça estimativa séria. ¿Poderá atingir, deduzida a reserva, 500.000 litros? De momento, é impossível garantir».

¿Quais as causas da decadência da cultura do linho? O Eng. D. Rodrigo de Castro afirma (47):

«Mecanizou-se a fiação no século XIX e Portugal não acompanhou o progresso. Para tornar possível a existência da cultura do linho em face da concorrência de um produto mais barato, o algodão, em breve os países progressivos tentam por todos os processos apurar a cultura no sentido do maior rendimento qualitativo e quantitativo, e os govêrnos secundaram êsse empreendimento pelos estudos da técnica e facilidades pecuniárias»...

«A indústria tem de forçosamente intervir e estabelecer fábricas maceradoras e gramadoras perto dos melhores centros de cultura do linho.»

Preconiza êste autor a criação de fábricas centrais para tratamento da palha do linho. E baseia a cooperação da indústria com os agricultores num «sistema de contratos com a lavoura, fixando-lhe na cultura da sementeira, os preços por que pagaria as plantas sêcas. O agricultor receberia as sementes da emprêsa, comprometendo-se a cultivar o linho segundo os preceitos que um agrônomo especializado na cultura lhe indicasse; faria o arranque, a secagem, o armazenamento, da forma que êsse técnico preconizasse. Por fim, traria o pro-

duto à fábrica, onde imediatamente lho pagariam.”

Encontramo-nos aqui perante um daqueles casos em que a pequena indústria não basta para assegurar a prosperidade das entidades produtoras de matéria-prima. A dispersão de actividades industriais aconselham os técnicos que se oponha a centralização do fabrico. A existência de pequenas fábricas em quantidade, não permitiu, por si, que se mantivesse o nível de cultura. Na Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, informa A. L. de Carvalho (48) que se distinguiram numerosas firmas produtoras: António da Costa Guimarães, F.^o & C.^a, Viúva Nogueira e Sousa, Joaquim Martins de Oliveira Costa, António Crisóstomo da Silva Basto. «Também vieram ao certâmen de 84 alguns fabricantes rurais, sendo o principal artigo exposto o pano de linho e as toalhas adamascadas :

Francisco José Rodrigues, de Gandarela (S. Salvador).

José António da Cunha, de Pevidém.

José da Silva, de Nespereira.

Domingos Ferreira, de Moreira de Cónegos.”

Ao aludir ao caso da indústria corticeira, fizemos referência à possibilidade de, no regime de grande indústria, ser o preço de compra da matéria-prima imposto pelos potentados fabris, e referimos o papel que às pequenas indústrias poderia caber, no *contrôle* dos preços. Haverá que considerar, na actividade linheira, o papel que cabe à

pequena indústria; as vantagens económicas e sociais da manutenção do pequeno fabrico familiar; e, acima de tudo, a fiscalização da actividade das fábricas centrais, que poderá ser obtida eficazmente pela cooperação, pela associação dos lavradores e dos fabricantes. Em todos os casos em que seja chamada a intervir a grande indústria, é forçoso que o lavrador esteja nela directamente interessado e que conheça perfeitamente as realidades industriais e as necessidades do comércio.

Em todos os casos é preciso interessar o lavrador; e é preciso também, sempre que seja possível, que haja, anexas à exploração agrícola, pequenas indústrias que sujeitem as matérias-primas a um tratamento prévio. É o caso, que o Eng.º Salema Veiguiña cita, do aproveitamento das palhas para a extracção da celulose (49):

“... Como as palhas em natureza ocupam sempre um grande volume, encarecendo o armazenamento e o transporte, ultimamente tem-se procurado interessar os agricultores na implantação de uma pequena indústria local de grande alcance económico e largo futuro, que consiste em fazer na própria casa da lavoura as primeiras operações da extracção de celulose, aproveitando o lavrador os sub-productos.”

* * *

Aproveitamento contínuo da mão de obra, fixação de populações, valorização da terra e do trabalho, abundância, justiça—eis o que os técnicos

dos diversos ramos têm em vista. A intensificação da produção agrícola e a protecção às indústrias que desta vivem, a escolha dos sistemas de cultura e dos regimes industriais que mais convenham, o emprêgo de braços em tôdas as épocas, são condições do bem geral. Para os atingir, em uma profunda renovação técnica, o regime de propriedade é melhorado, a cultura é intensificada aonde o pode ser, e sempre se procura a abundância e a variedade de géneros. Abundância, a permitir à população que subsista; variedade, que a deixe crescer, naquele bem-estar proporcionado por um activo movimento de trocas. Quando uma cultura ou um sistema de cultura, quando uma indústria ou um regime industrial sejam aconselhados, êles surgirão, de tal maneira que o povo se fixe e tome raízes bem fundas na terra, com segurança, com alegria. Zonas de população mais ou menos densa terão o seu acréscimo demográfico assegurado, sem que haja necessidade de movimentos migratórios ou de medidas limitantes do aumento da grei. Ali, onde a população fôr densa e a propriedade dividida, a terra fornecerá um maior lucro total, e a indústria absorverá o excesso das gentes; acolá, onde existe população rarefeita e o meio obriga à grande propriedade, a organização do trabalho e a eficácia do capital trarão o nível de vida elevado.

A população crescerá, e o operário não se encontrará *esmagado entre a baixa do salário e a alta dos preços*, porque, como escreveu Maurice Halbwachs (50):

"... A população não é uma simples quantidade física, um certo número de organismos, que tendem a multiplicar-se dominados por forças puramente biológicas, colocados em presença dos produtos de uma terra cujo rendimento é limitado."

.....
"... Os fenómenos de população têm a sua natureza especial, e devem ser considerados em si mesmos, independentemente de todos os outros. Não resultam da intervenção de forças físicas e fisiológicas, como julgava Malthus. São fenómenos sociais. Mas também não resultam simplesmente da organização económica, que, pelo contrário, assenta sobre êles e não poderia realizar-se e desenvolver-se num terreno que êles não tivessem preparado para ela."

É na perscrutação da altura em que o económico convém ao social, que o técnico age. Procura entrever na confusão de um mundo abalado e guerreiro o caminho seguro para novas realizações. Estuda com confiança, com calma; espera que do seu estudo resulte a abastança e a paz. E o seu trabalho sereno é preito de gratidão, homenagem, recompensa para os que lutaram e para os que sofreram.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE (J. MANIQUE DE). Em prol da emancipação da Beira — Douro (16), 1941.
- ALMEIDA (C. R. MARQUES). A rotina e a jardinagem (2), «Agros», XXIV, 4-5, 1941.
- ANTUNES J.^{or} (A). Pró cânhamo (43) — 1.^{as} Jornadas Agronómicas, 1941.
- AZEVEDO GOMES. A função social do Agrónomo na actualidade. — O caso português (1) — U. T. L., conferências, 1931-32.
- O comércio dos resinosos em Portugal (33), 1934.
- O ciclone e a produção das matas nacionais (36), 1941.
- BARRADAS (L. ANTUNES). Elvas Agrícola (28).
- BARROS (HENRIQUE). O problema do trigo (8).
- BARROS GOMES. Cartas elementares de Portugal (18).
- Condições florestais de Portugal (19).
- CAMARA (ANTÓNIO). Divagações sobre racionalização (9), «Agros», XX, 3, 1937.
- CARVALHO (A. L. DE). Os mesteres de Guimarães — O linho (48), 1941.
- CASTRO (D. LUÍS DE). Crédito agrícola democrático (26).
- CASTRO (D. LUÍS DE) e CINCINATO DA COSTA. Le Portugal au point de vue agricole (12).
- CASTRO (D. RODRIGO DE). Fibras Nacionais (44) — 1.^{as} Jorn. Agronómicas, 1941.
- Desfiando o linho (47) — Revista Agronómica, 1942.

- CASTRO (D. RODRIGO DE), QUARTIN GRAÇA e CONCEIÇÃO E SILVA.
Cultura do linho em Portugal (46)—Relatório, 1941.
- CAVIQUE SANTOS (P.). Moinhos e azenhas (32), «Agros»
XXIII-2, 1940.
- COSTA (J. A. FERREIRA). A cortiça em Portugal (34), 1935.
- COSTA LEÃO. O Último censo populacional (23), in-
-«Acção», 1942.
- DUQUE (RAFAEL). As subsistências e a população (31),
«Agros» XXIII-2, 1940.
- DESCAMPS (P.). Le Portugal — sa vie soc. actuelle (14).
- FAUCHER (D.). Géographie agraire (5), 1935.
- FICALHO (CONDE DE). Le Portugal au point de vue agri-
-cole, *introdução* (12 a).
- GIDE (CHARLES) e RIST. História das doutrinas económi-
-cas (42).
- GIRÃO (A. AMORIM). Esboço de uma carta regional de
Portugal (17).
— Geografia de Portugal (20).
— Atlas de Portugal (22).
- HALBWACHS (MAURICE). Morfologia social (50).
- LAUTENSACH (H.). Portugal — Das Land als Ganzes (13).
- LIMA BASTO (L. A.). Inquérito económico-agrícola (15).
— Política comercial portuguesa (35).
— Contas de exploração — contas de cultura (40),
1941.
- MARTINS (FLÁVIO). A Vida Rural em Valongo do Vouga (29),
«Agros» XXI, 1, 1938.
- MONTE PEREIRA. A produção agrícola (24), in-«Notas sô-
-bre Portugal».
- MENDES DE ALMEIDA (A.). Perspectivas económico-flores-
-tais de Portugal (37).—U. T. L., conferências, 1936.
- MERCÊS DE MELLO (L.). O problema da matéria orgânica
nos solos aráveis (7) — Palestras Agronómicas, I,
1938.
- NAVARRO (ANDRÉ). Novas perspectivas da exportação de
frutas (3).
— Discurso de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da

Agricultura no encerramento das 1.^{as} jornadas Agronómicas (6), 1941.

RICARDO. Teoria da Renda (11) — Ed. «Inquérito».

SANTA RITTA (GONÇALO V.). O mercado interno de frutas (4) — «Novidades», Vida Agrícola, 29-5-41.

— A vida rural e a poesia dos que trabalham na terra (21), 1937.

— A Viticultura no concelho de Santa Comba Dão (27), «Agros», XXIII, 1, 1940.

— Assistência rural (25), *não publicado*.

— Intensificação da produção (30) — «Novidades», Vida agrícola, 1942.

— Ésse Marte Iracundo... (38), «Agros», 1939, XXII, 3 a 6.

— Fomento industrial e agrícola (39) *a sair*.

SANTA RITTA (JOSÉ M.) Da Emigração portuguesa nos últimos 50 anos (10) — Congressos do Mundo Português, 1940.

SIMÕES (NUNO). O problema nacional do linho (45) — «Primeiro de Janeiro», 20-9-42.

VEIGUINHA (SALEMA). Problemas Agronómicos relativos à celulose (49) — Palestras Agronómicas.

D. M. A exportação da cortiça em 1940 (41) «Diário da Manhã», 15-2-941.



Instituto de Ciências Agrárias
ROMULO DE CARVALHO

CORRIGENDA

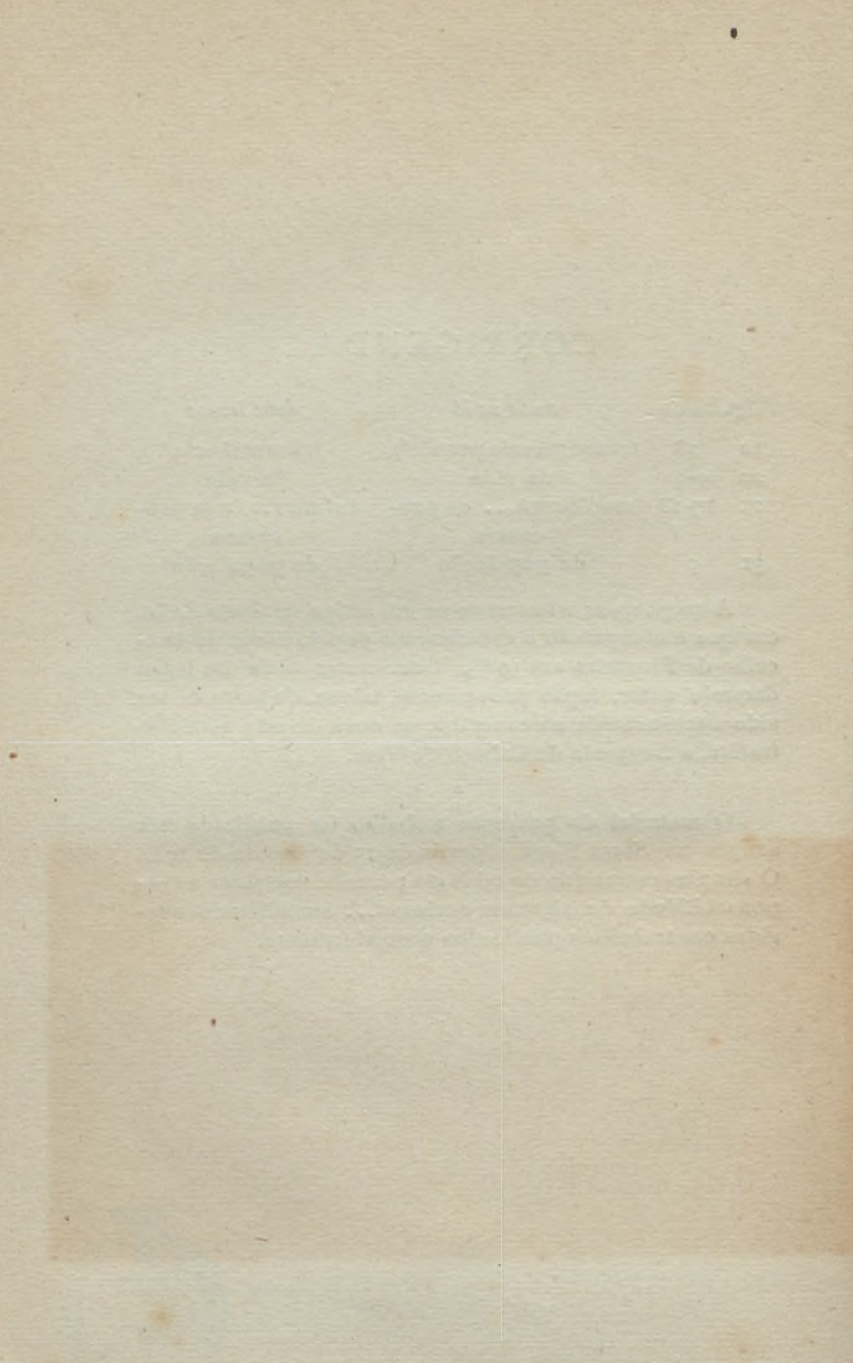
<i>Pág. linha</i>	<i>onde se lê</i>	<i>deve ler-se</i>
12 28	transumância pecuária	transumância
20 9-10	da vida	de vida
21 17-18	modificará... os processos	influirá... nos processos
31 9	da população	de população

A págs. 23-24 transcreve-se um artigo de Costa Leão, em que é computado o crescimento populacional do concelho de Fronteira em 59^{0/0}. Deve tratar-se de um lapso daquele autor, lapso proveniente, talvez, do facto de ter sido acrescentada ao concelho, na nova divisão administrativa, a freguesia de Cabeço de Vide.

*

O material do presente trabalho foi publicado em artigos na *Seara Nova*, a partir de 15 de Agosto de 1942. O simples enunciado de tal facto permite ressaltar a responsabilidade de algumas curiosas... semelhanças surgidas em trabalhos publicados posteriormente.





Pedidos aos distribuidores :

Editorial Organizações, L.^{da}

Largo Trindade Coelho, 9-2.^o

L I S B O A

Telefone 2 7507 Endereço Telegráfico EDITORIAL



RÓ
MU
LO



1329647027

CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA

4/8

M